

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2024

No sétimo dia do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às dezoito horas, na Câmara Municipal (Auditório Mário Covas), situada na Rua Des. Francisco Murilo Pinto, 33 – Vila Santa Luzia, teve início a audiência pública em atendimento à Constituição Federal, à Lei Federal nº 101/2000, e nos termos do artigo 16, inciso III, do parágrafo 2º, e do artigo 207, ambos da Lei Orgânica do Município, para recebimento das propostas para a elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024. A audiência foi dividida em quatro etapas: 1 - introdução; 2 - apresentação e explicação dos conceitos e finalidades da Lei Orçamentária Anual; 3 - coleta das sugestões da população referente às prioridades e ações do Poder Público para serem realizadas no ano de 2024, 4 - conclusão e encerramento. O objetivo da audiência pública é garantir a participação popular nas decisões do município, coletando sugestões sobre as metas e prioridades a serem consideradas na elaboração da Lei Orçamentária Anual para o ano de 2024. Os participantes foram instruídos a expressar suas manifestações das seguintes formas: através do preenchimento de formulários próprios, disponíveis no local ou através da internet, pelo site da Prefeitura, pois o objetivo principal da Audiência Pública é garantir a participação popular nas decisões do Município. A mesa foi composta pelo Sr. Odilson Gomes Braz Junior, Secretário de Gestão Administrativa e Finanças, e a Sra. Patrícia Loboda Fronzaglia, Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Finanças, e o Sr. Vereador Rafael Pascucci. A palavra foi passada ao Sr. Rafael Pascucci que se apresentou como representante da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São José dos Campos e registrou a presença de seus colegas vereadores: os senhores Fernando Petiti, Walter Hayashi e Júnior da Farmácia. O Sr. Rafael Pascucci agradece a presença de todos os presentes e passa a palavra ao Sr. Odilson Gomes Braz Junior. O Sr. Odilson Gomes Braz Junior deseja um boa noite a todos e agradece ao Sr. Vereador Rafael Pascucci pelo acolhimento na casa para a realização da audiência, também agradece ao Presidente da Câmara de São José dos Campos e registra a presença do Sr. Vereador Fernando Petiti, Vereador Walter Hayashi e o do Vereador Júnior da Farmácia e agradece a todos por estarem participando do evento. O Sr. Odilson Gomes Braz Junior diz que essa é a primeira audiência de um novo ciclo de encontros para a elaboração da Lei Orçamentária Anual, faz um agradecimento aos funcionários da Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças, em nome da Sra. Patrícia Loboda Fronzaglia, Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Finanças. Explica também que a efetiva elaboração e montagem das peças orçamentárias é feita pela equipe da referida Secretaria Municipal. O Sr. Odilson Gomes Braz Junior registra a presença do Sr. Graco Tognozzi Lopes, da Sociedade Amigos de Bairro Esplanada, do Sr. Gilson Machado da Costa, da Associação dos Moradores das Chácaras Havai e Canindu e por fim dá boas-vindas a todos os munícipes. Segue explicando que hoje é a primeira de uma série de audiências públicas para a elaboração da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2024. Cita as datas e locais dos próximos

encontros, que vão cobrir todas as regiões do município, e diz que o objetivo destas reuniões é a coleta de sugestões e ideias da população no que diz respeito a execução orçamentária e aplicação dos recursos do município para o exercício seguinte. Explica para os presentes que a participação também pode ser feita via formulário online, em ambiente próprio no site da Prefeitura de São José dos Campos, através da própria audiência, que será gravada e as solicitações encaminhadas para as áreas competentes, assim como formulário por escrito a ser preenchido. Por seguinte, o Sr. Odilson Gomes Braz Junior fala que a Lei Orçamentária Anual é a última etapa da construção do orçamento público, sendo o Plano Plurianual a definição das prioridades de um governo pelo quadriênio e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada no primeiro semestre, estabelece as metas e diretrizes. Explica que, na Lei Orçamentária Anual, são fixadas as despesas e estimadas as receitas, buscando o equilíbrio entre ambas e elucida que estes valores são para o exercício seguinte, ou seja, se tratam de projeções baseadas em indicadores econômicos, como a inflação, produto interno bruto (PIB) e a taxa de juros Selic, e completa citando que estes valores são retirados do relatório Focus, do Banco Central do Brasil. Continua a fala dizendo que estas projeções são feitas dentro do limite do prazo para a entrega da peça de planejamento, e que elas podem ser revisadas no decorrer da execução orçamentária no ano posterior. Diz que a receita estimada para 2024 é de quatro bilhões e trezentos milhões de reais, sendo esse montante para o município todo, incluindo o Instituto de Previdência do Servidor Municipal (IPSM), a Câmara Municipal de São José dos Campos, a Fundação Cultural Hélio Augusto de Souza (Fundhas) e a Fundação Cultural Cassiano Ricardo (FCCR). Elucida novamente que as audiências são para a coleta de sugestões de serviços, obras e melhorias para a cidade, dando alguns exemplos de sugestões. Também cita alguns exemplos de obras que estão em andamento e que tiveram como ponto de origem as audiências públicas, como a ciclovia na Rua Turquia, a drenagem na Rua Jordânia e o alargamento na alça da Avenida Jorge Zarur. Por fim, cita que o Executivo tem até o dia vinte e nove de setembro para entregar o projeto de lei para ser discutido no legislativo municipal, que, se aprovado, retorna para sanção do Prefeito, validando o orçamento para o ano de 2024. Reitera que as sugestões podem ser feitas presencialmente nas audiências, por escrito, com a palavra ou através de formulário online no site da Prefeitura de São José dos Campos. Destaca a importância da divulgação das reuniões para que mais pessoas participem e afirma que todas as sugestões serão analisadas pelas áreas competentes, onde serão analisadas para posterior devolutiva. O Sr. Odilson Gomes Braz Junior agradece a todos abre a palavra para os inscritos se manifestarem. A palavra foi passada para o Sr. Vanderlei da Graça, residente da Zona Norte, que deseja boa noite a todos e diz que a Região Norte é a mais extensa, em território, do município, porém é a menor em termos populacionais. Completa dizendo que a região tem grandes dificuldades, as quais: as estradas rurais e ruas, que tiveram uma boa melhoria do começo do ano até o presente momento, porém por se tratar de uma zona rural, durante o período chuvoso, a população ainda sofre muito. Portanto pede pra que deixem registrados o pedido para que seja implantada fresas de asfalto nas ruas e estradas da Região Norte. Completa dizendo que a solução é simples e a população local ficará muito agradecida com a solução do problema. Por fim,

o Sr. Odilson Gomes Braz Junior retoma a palavra, agradecendo o Sr. Vanderlei da Graça e explica que cada participação terá o tempo de três minutos e encerra passando a palavra para o Sr. Vereador Fernando Petiti. O Sr. Vereador Fernando Petiti deseja boa noite a todos e parabeniza a apresentação, também diz que fez dezessete pedidos através de sua assessoria e irá citar alguns, dentro do limite de tempo. Cita que sugeriu a ampliação do atendimento do hospital público veterinário, pois após a pandemia aumentaram o número de animais abandonados, devido à crise. Contratação de mais pessoal para atender a demanda de pessoas dentro do espectro autista, pois ele junto a Sra. Vereadora Dulce Rita e o Sr. Vereador Marcão da Academia criaram a Frente Parlamentar de Defesa da Pessoa com Autismo, explicando que a cada trinta e cinco crianças que nascem no mundo, uma é autista, portanto a estrutura do município deve acompanhar o número. Também solicita a construção de uma galeria de águas pluviais na Praça do Sol, na região da Vila Adyana, pois o local sempre inunda com as chuvas, já sendo um pedido antigo da região. Diz que nunca chegou um projeto para a solução do problema para os vereadores e que, embora a obra seja cara, poderia ser feita alguma solução paliativa. Também pede a instalação de câmeras de segurança na Vila Ema e Vila Adyana, e a construção de uma escola municipal no bairro Palmeiras de São José, pedido este que veio através das redes sociais pelos moradores da região. O Sr. Vereador Fernando Petiti deseja um boa noite a todos e devolve a palavra ao Sr. Odilson Gomes Braz Junior, que agradece a participação e passa a palavra ao Sr. Aécio Ferreira. O Sr. Aécio Ferreira deseja boa noite a todos e parabeniza a todos os servidores presentes. Ele questiona, “lutar é crime?”, diz não ser oposição, apenas aponta as melhorias e onde elas devem ser feitas. Fala que deve ser observada a valorização dos servidores, que estão a vinte e nove anos com os salários congelados e o ticket defasado. Indaga qual é o gasto da Prefeitura de São José dos Campos com folha de pagamento. Argumenta sobre a questão da dívida do Instituto de Previdência do Servidor Municipal, alegando que o Sr. Secretário de Gestão Administrativa e Finanças tinha conhecimento do problema, mesmo considerando o parcelamento. Diz que o Sr. Vereador Rafael Pascucci é traidor do servidor público. Explica que é suplente de vereador e que a luta deve continuar. Afirma que o Instituto de Previdência do Servidor Municipal, arrecada cinquenta e dois milhões, e desses vinte e dois milhões são de aposentados e pensionistas, alegando que o valor é pouco. Pondera que a cidade de Osasco arrecada três mil reais por habitante e, São José dos Campos, apenas mil e seiscentos reais por habitante, que é necessária a revisão da arrecadação do município, pois a cidade é grande e a situação calamitosa. Cita que já fez a proposta da jornada de trabalho de seis horas corridas, para ajudar a Prefeitura de São José dos Campos. Também solicita a revisão do desconto do ticket alimentação do servidor, diz que não é nada pessoal, que é suplente de vereador e tem o direito de fala. A palavra é passada para o Sr. Vereador Walter Hayashi, que saúda o Secretário de Gestão Administrativa e Finanças e solicita uma resolução para o problema com a dívida do Instituto de Previdência do Servidor Municipal, diz que vai protocolar outras reivindicações nas próximas audiências pelo formulário online no site da Prefeitura de São José dos Campos. Pede uma resolução para o problema das inundações, já falado pelo Sr. Vereador Fernando Petiti, na Praça do Sol, e diz

que já teve um estudo em 2007, porém nunca foi feito um projeto. Cita que o Ministério Público determinou a apresentação de um projeto para resolver o problema até o dia doze, de agosto, também para a região do Jardim do Lago e Chácara Santa Helena. Fala que tem uma lista extensa e será apresentada ao longo dos dez dias de audiências, pois os munícipes ainda estão encaminhando para ele outras sugestões a serem inclusas no orçamento. Sobre a segurança pública, pede o aumento da atividade delegada na região da Vila Adyana, pois em reunião com representantes da guarda civil municipal e da polícia militar, foi alegada a necessidade de efetivo para o atendimento a região. Diz que os crimes estão ocorrendo em plena luz do dia, e que a situação merece atenção urgente. O Sr. Vereador Walter Hayashi agradece a todos e passa a palavra ao Sr. Odilson Gomes Braz Junior, que registra a presença da Sra. Vereadora Juliana Fraga e da Sra. Vereadora Dulce Rita, por fim passa a Palavra ao Sr. Gilson Machado. O Sr. Gilson Machado deseja boa noite a todos, e complementa com uma reclamação, dizendo que durante as reuniões presenciais, não existe máquina de fotocópia para que sejam protocoladas as sugestões, impedindo a plena participação daqueles que mais precisam. Também atenta que os horários de realizações das audiências não atende a necessidade de todos. Diz que a Av. Princesa Isabel, recentemente fresada pela Prefeitura de São José dos Campos, tem três faixas de rolamento, estacionamento de ambos os lados e paradas de ônibus, e que falta sinalização, pois já ocorreram dois acidentes com pedestres, fora os acidentes de carro, e é uma atrocidade a Secretária de Mobilidade Urbana fazer o que ela faz numa avenida com rolamento rápido, pois o fresamento foi feito e largado. Pede que sejam colocadas duas faixas e cones no local, pois é um desrespeito aos moradores da Região Norte. Também solicita que seja locado orçamento para os bairros irregulares, tendo em vista o posicionamento favorável do Ministério Público sobre o caso, nos bairros Havaí e Canindu, pois o povo desses bairros não aguenta mais viver como “bandido” e excluídos da cidade, visto que são bairros com décadas de existência. Esses bairros precisam de ligação de água e esgoto, devido ao adensamento urbano, e não se trata de culpa da população, mas alega que é culpa dos vereadores e que a Prefeitura de São José dos Campos deseja tomar a terra. Acusa a Prefeitura de São José dos Campos de ser a maior grileira de terras do Município, com aval da Câmara. O Sr. Gilson Machado agradece a todos e cede a palavra. A palavra é passada para o Sr. Graco Tognozzi Lopes. O Sr. Graco Tognozzi Lopes, que representa a Associação dos Amigos de Bairro Esplanada e Adjacências, também cita que vai fazer três sugestões, outrora também solicitadas durante o processo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Primeiro solicita o recapeamento asfáltico das vias do Bairro, que não recebem asfalto novo a muito tempo e hoje o local não é apenas uma zona residencial, também é rota de passagem e rota de fuga de muitos veículos. Solicita a criação de um bolsão de trânsito no Jardim Esplanada II, próximo aos colégios Poliedro e Anglo, pois a situação no local é terrível para os moradores da região, onde existem relatos de residentes de que o local é intransitável em certas horas do dia e eles não conseguem nem sair de suas residências devido ao volume de carros. Também diz que já foram a Secretaria de Mobilidade Urbana, onde foi apresentada uma sugestão para a solução do problema ao poder público, porém sem retorno. Também pede a

rearborização do bairro, elucidando que a região é o jardim da cidade, onde muitas pessoas vão a lazer, porém muitas árvores já foram retiradas, devido a riscos de acidente ou quedas, portanto pede que seja destinada uma parte do orçamento para que se faça um levantamento da saúde das árvores da região, e aquelas que não tem boa condição, possam ser substituídas por novas mais adequadas a região urbana. O Sr. Graco Tognozzi Lopes agradece a todos e cede a palavra para o Sr. Osmar Rodrigues Junior, representante do Capão Grosso. O Sr. Osmar Rodrigues Junior deseja boa noite a todos, fala que a situação do bairro que Capão Grosso é precária e que o Sr. Prefeito de São José dos Campos faz vista grossa para a situação. Alega a existência de uma avenida principal precária na região, com alta incidência de acidentes e que é uma vergonha eles não terem visto o valor que foi destinado a regularização fundiária. Também diz que São José dos Campos é uma cidade rica e não depende de ajuda externa para poder fazer obras na cidade. Afirma que essa briga entre vereadores de esquerda e direita é irrelevante e não é do interesse do munícipe, que falta é “o fazer acontecer”. Alega que na região existe um antipoeira nojento e seboso, pois a Prefeitura de São José dos Campos não “olha”. Diz que a população quer a regularização e não vai parar de cobrar, seja nas audiências, nas mídias ou em redes sociais. Fala que o Sr. Prefeito alega que no Jardim Majestic a regularização está noventa e cinco por cento completa, porém a realidade é que a região está repleta de água de esgoto. Exclama que é um absurdo o representante da população mentir para o povo, onde ele deveria ser justo e correto. Afirma que as demolições feitas pela Prefeitura de São José dos Campos estão fazendo o Sr. Prefeito perder votos e manchando a imagem da cidade, até fora do Brasil. Enseja uma nova reunião no Capão Grosso I para cobrar o Executivo, e que o Daniel, um Secretário, tem tratado os representantes do bairro muito mal. Diz que não existe fiscalização e que existem até muros em meio a rua, e questiona onde estão os fiscais da Prefeitura de São José dos Campos. Fala que a região sofre o descaso, mesmo com a cobrança intensa por parte dos moradores. Pontua que é uma vergonha a falta de atenção a região, que a população não “aguenta mais”. O Sr. Osmar Rodrigues Junior agradece a todos e cede a palavra a Sra. Ilda Oliveira. A Sra. Ilda Oliveira deseja boa noite e diz que é mãe de autista e representa um grupo de autismo, fala que existe um grande descaso com as pessoas que sofrem com essa condição. Solicita um centro de cuidados a pessoas autistas, pois os portadores dessa deficiência sofrem com a falta de cuidados continuados, explica que embora existam programas voltados para autistas, eles não são permanentes. Afirma que a pessoa autista precisa de terapia continuada, e é comprovada cientificamente a eficácia. Questiona quem é que consegue ter uma evolução, de um quadro complexo que inclui diversas complexidades, num atendimento de somente trinta minutos. Diz que é necessário um grupo de apoio para os pais, multidisciplinar. Alega que o município de São José dos Campos oferece terapia de apenas trinta minutos, uma vez por semana, ou até mesmo a cada quinze dias. Questiona qual autista vai sair da condição severa para moderado ou leve desta maneira. Diz que a Prefeitura de São José dos Campos contratou duas empresas para as escolas, com funcionários sem capacitação, para cuidar das pessoas, e diz que não precisam de cuidadores, pois já são cuidadores. O que precisa ter são pessoas qualificadas para reabilitar os autistas no meio

social. Pergunta a todos sobre a existência do “autista invisível”, que é aquele que foi negado ou dado tratamento insuficiente e, quando cresce, não consegue mais sair da condição severa da doença, e por fim nenhuma instituição oferece vaga para ele, pois não conseguem lidar. Ficam inteiramente na condição severa e dependentes dos pais que, quando vem a óbito, vão parar numa instituição psiquiátrica, sendo mal cuidados. O Sr. Odilson Gomes Braz Junior retoma a palavra e a passa para a Sra. Fernanda Aparecida Silveira. A Sra. Fernanda Aparecida Silveira, do Capão Grosso I, veio com protocolo em mãos e questiona onde protocolar, diz que participou da audiência referente a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2024 (LDO 2024) e disse que a Prefeitura de São José dos Campos atendeu com medidas paliativas, porém essas não são suficientes, o que é preciso é a Regularização Fundiária, pois só ela leva a melhorias, como saneamento básico. Enquanto não é regularizado, está sendo utilizado o sistema de fossas, que está poluindo o solo a mais de quarenta anos. Solicita o fim do antipoeira, que não é asfalto, é apenas uma melhoria. Pede a coleta de lixo para todos, que hoje é feito apenas com uma lixeira compartilhada. Diz que ao ligar pro 156, informam que é preciso de espaço na rua para a regularização do bairro, e que os moradores da região estão fazendo sua parte para sanar a questão. Afirmo que o Majestic já é regularizado e o Capão Grosso I e o Capão Grosso tem algumas residências regularizadas, porém só foram entregues as documentações, sem nenhuma infraestrutura. A Avenida Narciso Ferreira é asfalto, porém não possui lombada, e requer alargamento e calçadas seguras, pois a rua é muito estreita, gerando problemas pois passam ônibus por lá. É necessária linha para atendimento local, pois hoje é utilizada a linha 242, que é para o Majestic. Solicita para o Capão Grosso I, um postinho de saúde, uma escola, uma creche e uma área de lazer. Pede que os excluídos sejam incluídos no mapa de São José dos Campos, que não é só Zona Leste. Diz que veio implorar para que tenha CEP, pois não adianta nada morar em São José dos Campos e não existir na cidade pela falta de CEP. E alega que na época da eleição as pessoas vão lá prometer mudanças, dizem que vão fazer algo, mas nunca fazem. Fala que a Prefeitura de São José dos Campos deve olhar ao redor da cidade e que o Capão Grosso não foi invadido, foi loteado, as pessoas compraram os terrenos. Por fim, agradece a todos, e cede a palavra. A palavra é passada para o Sr. Celso Henrique Gonçalves, que passa o seu tempo de palavra para a Sra. Jaqueline Baumgratz, que deseja boa noite a todos e diz ser moradora da Região Centro-Oeste, na vila Rubi, e que além de ser educadora, também trabalha e é formada na área de arte e cultura, porém os trabalhadores da área não enquadrados como operariado da cultura, e que isso é triste. Que o valor, para a área, na Fundação Cultural Cassiano Ricardo (FCCR) é o mesmo desde 2013, é preciso ter um Fundo de Cultura carimbado para promoções de editais que promovam ações culturais que realmente cheguem a população, pois tem um impacto social positivo, principalmente para crianças, adolescentes e idosos. Diz que as casas de cultura através da gestão da FCCR sequer abrem nos sábados e domingos, que é quando a família, pais e crianças, podem frequentar o ambiente. Fala que seu pai, que é idoso e residente do Água Soca, vive no bairro a anos e a condição da estrada no local é ruim, que vê até senhoras andando com crianças no escuro, num local cheio de buracos, onde falta dignidade pois não tem nem posto de saúde, nem programação

cultural, e não se trata de uma população invasora ou de veraneio, mas sim uma população rural que reside na região. Alega que na ponte Generoso Teixeira existe o acúmulo de lixo que leva ao assoreamento do rio, além do cheiro fétido, sendo isso uma vergonha para a cidade de São José dos Campos e portanto pede atenção ao problema por parte do poder público. Também repete o pedido do Sr. Vereador Walter Hayashi sobre a Praça do Sol, dizendo que lá não tem boca de esgoto e que é impossível de sair de casa entre janeiro e fevereiro quando chove mais, e que o problema se estende até a Avenida Adhemar de Barros. Palavra é passada ao Sr. Odilson Gomes Braz Junior, que chama a participar o Sr. Cosme Vitor. O Sr. Cosme Vitor deseja boa noite a todos, fala que é representante da associação de favelas e do movimento despejo zero. Primeiramente pede que parem com as demolições em loteamentos irregulares e que não se puna os moradores com gás de pimenta e violência da guarda municipal, mas sim os loteadores. Também reforça a necessidade da regularização fundiária do Nova Esperança (Banhado), e não que o Sr. Prefeito jogue a “cachorrada” sobre a população local. Quer saber quanto do orçamento será locado para tal fim, e qual a proposta da Prefeitura de São José dos Campos para a questão. Solicita saber como é composta a audiência pública, qual a tese guia da reunião. Pede que o orçamento não seja apenas uma peça fictícia, e que a base do Prefeito na câmara vota contra o povo, onde a população passa dez dias fazendo sugestões, para no final a base votar contra eles, fazendo o povo passar papel de bobo. Diz que a Prefeitura gasta cinquenta e um milhões em uma via na Zona Norte, enquanto tem famílias na Chácara Havaí e no Canindu morando em área de risco. Quem foi consultado para fazer aquela “porcaria”, a não ser os empresários? Fala que o Sr. Walter Hayashi questionou a falta de policiamento, mas diz que no Banhado não “falta”, sempre tem carros no local, realmente tem “policiamento” em excesso lá. Exige dignidade para os autistas da cidade, pois fazem pedidos até pros cachorros, porém relegam os seres humanos. Diz que vai protocolar os pedidos e diz para os vereadores presentes para que não faça a população fazer papel de bobo. A palavra é devolvida ao Sr. Odilson Gomes Braz Junior, que chama a participar a Sra. Vereadora Dulce Rita. A Sra. Vereadora Dulce Rita diz que vai fazer um panorama geral do que está acontecendo na cidade, falando que as UBS precisam de reforma e existem pacientes na rua esperando para marcar consulta as seis horas da manhã, e que nesse âmbito muito pouco aconteceu desde o ano de 2008. Alega que existe superlotação nas UPAs e no Hospital Municipal, e que em Eugênio de Melo, um abaixo assinado com cinco mil assinaturas foi apresentado, e nada foi feito. Também fala sobre a falta de creches, e que diversas mães vem ao seu gabinete pois não conseguem vagas em período integral para poderem trabalhar. Falta atividades de cultura e esporte nas periferias, caos total no transporte coletivo levando as pessoas a perderem dias de trabalho, consultas e escola e enquanto isso nada acontece, pois em três anos não conseguiram fazer uma licitação. Solicita agilidade nos processos de regularização, pois não basta apenas entregar um documento na mão do cidadão, sendo inadmissível a cidade da tecnologia com bairros sem água, luz e esgoto. A inauguração da pediatria do hospital municipal, onde foi feita somente a pintura e um corredor que leva a biblioteca, e completa que para uma cidade do tamanho de São José dos Campos, que está crescendo, foram criadas

apenas quatro vagas. Foi feito o asfaltamento somente de um lado da pista da Rio-São Paulo. Diz que se gasta muito na área nobre em detrimento da periferia. Pede o aumento das vagas nas casas de repouso e também impede o encaminhamento para as casas particulares conveniadas com vagas ociosas, em casos de falta de atendimento. Reafirma o caos total na política para os idosos, dizendo que eles estão abandonados à própria sorte. Por fim, trata do calote do Instituto de Previdência do Servidor Municipal e do acúmulo de banco de horas dos funcionários da Urbam, onde os mesmos não podem tirar a folga por se tratar de serviços essenciais e pela falta de mão-de-obra, um escravagismo dentro dessa gestão. A palavra retorna ao Sr. Odilson Gomes Braz Junior, que começa a dar o encerramento a reunião, porém é interrompido pois existe mais uma pessoa inscrita a falar. A palavra é passada para a Sra. Claudete dos Santos Brito, da Ageza, que pleiteia o retorno das escolas de samba e os desfiles, a volta do carnaval em São José dos Campos. Pois na cidade são cinco escolas de samba, e a cultura é importante e transformativa. Pede aos vereadores para que abra as portas para as crianças e adolescentes com tempo ocioso, e até mesmo as pessoas de idade, nas atividades disponíveis nas escolas de samba. Fala que o carnaval não é só bagunça e solicita o retorno e parceria com as escolas de samba, que estão paradas a doze anos. Por fim a Sra. Claudete dos Santos Brito agradece a todos e após breve discussão entre os participantes da audiência, a palavra foi passada ao Sr. Elezior da Silva Fonseca, que agradece a todos pela presença, e fala sobre a casa do autismo e sobre seu filho, autista, e sobre as dificuldades de ter filhos pequenos autistas, onde recentemente alguns convênios da cidade cortaram os especialistas das escolas alegando que são de responsabilidade da Prefeitura de São José dos Campos, o que de fato é verdade pela lei. Porém não existe apoio dentro das escolas, falando que seu próprio filho não recebe. Fala que as atividades simples realizadas pelo convênio, que ajudavam o desenvolvimento da criança no dia a dia foram cortadas pela instituição. Portanto conclui dizendo tentar atingir o maior número de pessoas possíveis, para poder melhorar a vida dos pais e dos filhos, que nem sempre são de graus mais leves de autismo, e que o acompanhamento é essencial para o desenvolvimento. Portanto pede mais apoio e melhorias ao atendimento de pessoas autistas nas escolas. A palavra retorna ao Sr. Odilson Gomes Braz Junior, que pergunta a plateia se mais alguém deseja se manifestar. Não ocorrendo nenhuma manifestação, às dezenove horas e trinta minutos a reunião foi encerrada pelo Sr. Odilson Junior. Nada mais havendo a tratar a presente ata foi lavrada e assinada por quem de direito. São José dos Campos, 17 de agosto de 2023.



Odilson Gomes Braz Junior
Secretário de Gestão
Administrativa e Finanças

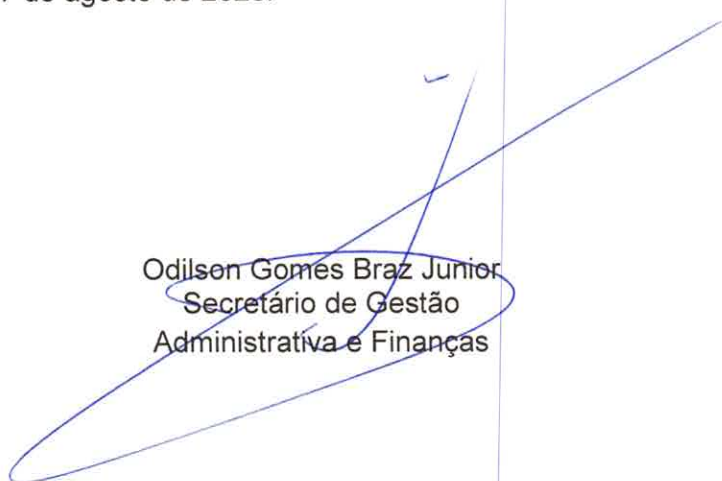
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2024

No oitavo dia do mês de agosto de dois mil e vinte três, às dezoito horas, no Auditório da Casa do Idoso do Bosque dos Eucaliptos, situada na Av. Andrômeda, 2.601 – Bosque dos Eucaliptos, teve início a audiência pública em atendimento à Constituição Federal, à Lei Federal nº 101/2000, e nos termos do artigo 16, inciso III, do parágrafo 2º, e do artigo 207, ambos da Lei Orgânica do Município, para recebimento das propostas para a elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024. A audiência foi dividida em quatro etapas: 1 - introdução; 2 - apresentação e explicação dos conceitos e finalidades da Lei Orçamentária Anual; 3 - coleta das sugestões da população referente às prioridades e ações do Poder Público para serem realizadas no ano de 2024, 4 - conclusão e encerramento. O objetivo da audiência pública é garantir a participação popular nas decisões do município, coletando sugestões a serem consideradas na elaboração da Lei Orçamentária Anual para o ano de 2024. Os participantes foram instruídos a expressar suas manifestações das seguintes formas: através do preenchimento de formulários próprios, disponíveis no local ou através da internet, pelo site da Prefeitura. A mesa foi composta pela Sra. Patricia Loboda Fronzaglia, Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Finanças e pelo Sr. Alexandre Anacleto, Diretor Financeiro. Como estabelecido, a palavra foi passada Sra. Patricia Loboda Fronzaglia, que saudou os presentes, registrando a presença do Sr. Osvaldo José da Silva, líder comunitário do Jardim Del Rey, da Sra. Ilda Oliveira Lima, representando o grupo S.O.S. Autismo, do Sr. Cosme Vitor da Associação das Favelas e da campanha Despejo Zero, da Sra. Mariene Ferreira da Silva, Presidente do Conseg Sul, do Sr. Robertinho da Bateria, liderança do Satélite e do Sr. Kleber Melo, liderança do Interlagos. A Sra. Patricia Loboda Fronzaglia elucida que o Secretário de Gestão Administrativa e Finanças, o Sr. Odilson Gomes Braz Junior não pode comparecer e ela irá o representar, em conjunto com o Sr. Alexandre Anacleto, Diretor Financeiro. A Sra. Patricia Loboda Fronzaglia elucida como serão realizadas as audiências e como participar, indicando aos presentes que quiserem se manifestar a darem o nome de antemão a mesa. Também explica, para aqueles que não anseiam pelo uso da palavra, que estes podem submeter suas sugestões através de formulário online, pelo site da Prefeitura de São José dos Campos, ou por via escrita, no próprio local. Fala que após a apresentação, os munícipes presentes poderão se manifestar, sendo que cada um terá até três minutos de fala e, por seguinte, registra a presença da Sra. Rosa Ester Guimarães de Quadros, diretora do Instituto Eco Cultura. A Sra. Patricia Loboda Fronzaglia cita o calendário de realização das audiências públicas, explica seus objetivos e faz uma breve elucidação de como acessar o formulário online para registro de sugestões. Continua explicando a legislação e os prazos das peças orçamentárias, assim como os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A Sra. Patricia Loboda Fronzaglia passa a palavra para o Sr. Alexandre Anacleto, que faz uma breve explicação de como é feita a composição das receitas do município e a elaboração da sua projeção, utilizando

indicadores econômicos e da expectativa do mercado. Diz que a receita consolidada da Prefeitura de São José dos Campos está em quatro bilhões e trezentos milhões de reais e que, este valor engloba não só a Prefeitura mas também a Câmara Municipal de São José dos Campos, as Fundações e a Seguridade Social. Relata a importância da participação popular nas audiências e cita alguns exemplos de sugestões para a Lei Orçamentária Anual. Por fim, exhibe alguns exemplos de sugestões que levaram a resultados para a cidade e faz uma breve explicação sobre os trâmites e prazos do processo da Lei Orçamentária Anual e incentiva mais uma vez a participação e identificação dos presentes, para que possa ser feita a devolutiva das sugestões. A palavra é devolvida para a Sra. Patricia Loboda Fronzaglia, que chama o Sr. Kleber Mello para manifestar-se. Não havendo resposta, chamou-se o próximo inscrito na lista, a Sra. Mariene Ferreira da Silva. A Sra. Mariene Ferreira da Silva, deseja boa noite a todos e agradece a oportunidade. Reforça a cobrança do retorno da linha, na Avenida Salinas, que faça o trajeto pela Cassiopeia e a Humaitá, pois a linha verde do Jardim Oriente, ela não atende os moradores na Avenida Ouro Fino nem da Avenida Salinas. Solicita o uso do espaço Pró Visão, que após o fim do processo judicial envolvendo a localidade, que ele fosse utilizado pela UBS do Bosque dos Eucaliptos, CAPS Sul e uma clínica de fisioterapia. Cobra a iluminação na área verde, onde existe a feira e a autoescola, na parte de baixo da Avenida Salinas. Os portões continuam abertos, e os moradores de rua utilizam o espaço, que era da GCM, para se abrigar. Também solicita a cobertura da escada de água pluvial dentro da regional Satélite, pois sempre que estoura o esgoto na Avenida Ouro Fino, o cheiro forte se espalha na região, principalmente para os residentes próximos. Pede a inclusão de radar de velocidade após o posto cinco mil, na Avenida Salinas, e que seja colocada segurança na UBS Bosque dos Eucaliptos, pois a comunidade anda muito alterada e agressiva com os funcionários. Solicita o retorno do atendimento de ortopedista na Clínica Sul e no Hospital Municipal, agilizando o processo de atendimento e reduzindo a demanda na UBS e que seja incluso cirurgiões dentistas de emergência no Hospital Municipal, principalmente após as dezoito horas, nos fins de semana e feriados, pois hoje só existem plantonistas. Também clama que já veio várias vezes com os mesmos pedidos, e que desta vez seja resolvido. A Sra. Patricia Loboda Fronzaglia chama novamente o Sr. Kleber Melo para manifestar-se. O Sr. Kleber Mello deseja boa noite a todos e agradece as solicitações que estão sendo atendidas no Interlagos, como a duplicação da Rua João Miacci e o recapeamento da Estrada Dr. Bezerra de Menezes. Diz que foi instalada uma clínica para dependentes químicos na região, vindo pessoas de cidades, como da capital São Paulo, gerando problemas para os moradores da localidade, portanto solicita mais segurança para os moradores. Pede que a construção de uma nova unidade do Bom Prato seja direcionada para a Zona Sul. Diz que está junto com o Prefeito, que ele acorda cedo e dorme tarde, mas vai continuar cobrando. A palavra retorna a Sra. Patricia Loboda Fronzaglia, que agradece a participação do Sr. Kleber de Mello e passa a palavra para o Sr. Cosme Vitor. O Sr. Cosme Vitor deseja boa noite a todos, e questiona a não presença dos vereadores, que dão as costas para o povo. Diz que não existe definição de projetos nas audiências, não tem debate sobre construção de moradias nem de regularização fundiária. Fala que São José dos Campos é a terceira

cidade de maior arrecadação, e a primeira em número de pobres e letalidade policial no Estado de São Paulo, ou seja, uma cidade rica com muitos pobres e violência policial. Pede para que seja feita a regularização do Nova Esperança, da região no Jardim das Indústrias, próximos a Arena Farma Conde, onde mora uma população bem carente, que necessita da legalização e nesse momento está sendo “botada” pra fora. Pede que seja dada atenção as áreas de risco, como uma rua na Chácaras Havai. Locais onde podem acontecer tragédias, devido ao aquecimento global, e não existe essa discussão no orçamento. Questiona a prioridade dada a Via Jaguari, que leva “nada a coisa nenhuma”, porque não desapropriar a área e realocar os moradores que precisam da Região Norte, mas ao invés disso privilegiam o empresariado. Diz que estão “arrebentando” a massa arbórea na Praça Afonso Pena, e pede que a Prefeitura dê uma explicação para estes pontos levantados. A palavra foi passada ao Sr. Marco Aurélio Santos, que deseja boa noite a todos e diz tem que tem sensação de audiência *déjà vu*, pois é similar as anteriores e pecam pelo formato. Diz que é sabida que as audiências são uma exigência legal, e por isso são casuísticas, necessárias e burocráticas e não provém de deliberação da própria Prefeitura. Diz que, apesar de sua natureza, existem formas diferentes de realização, que podem ser participativas e inclusivas, ou somente para cumprir tabela. Fala que sabe que os funcionários públicos “soam a camisa”, mas que o orçamento e a discussão do que é prioridade na cidade é regido pela vontade política da gestão. Diz que embora a maioria do orçamento já seja comprometido com despesa fixa, que seria interessante que pelo menos uma parte do que não é, fosse discutido em conjunto com a população. Que a apresentação mostra slides do que a gestão acha importante, e não do que a população pede, como a regularização fundiária e uma solução para o Instituto de Previdência do Servidor Municipal. Propõe que seja incluso no portal da transparência quais são os principais problemas e prioridades apontados nas regiões, nas audiências, e que a população opine nas soluções, citando como exemplo, que ficou preso no trânsito na região oeste enquanto nenhum carro trafegava pela ponte estaiada. A palavra é passada para o Sr. Sérgio Donizete que diz ser morador do Bosque dos Eucaliptos a trinta e cinco anos, e sempre teve a família bem atendida na UBS local, porém ocorreu um pequeno problema com sua esposa, no atendimento médico, que chegou oito minutos atrasada para a consulta de retorno, e não conseguiu atendimento até hoje. Alega que o rigor nos cinco minutos de tolerância é muito grande, pois as pessoas vão no médico porque precisam e que nem o transporte público tem o horário tão rígido. Também pede que observem o descompasso entre o pedido de exames e as consultas de retorno, pois as vezes os mesmos não são feitos até a data do próximo atendimento. A Sra. Patricia Loboda Fronzaglia registra a presença da Sra. Vereadora Amélia Naomi e chama a Sra. Ilda Oliveira a se manifestar, porém está não se encontrava no local, sendo assim a palavra foi passada a Sra. Vereadora Amélia Naomi, que deseja boa noite a todos, e cita a importância da participação popular no orçamento, reiterando as falas do Sr. Cosme Vitor e do Sr. Marco Aurélio. Diz que as sugestões apresentadas nas audiências não são acatadas na Câmara Municipal de São José dos Campos, e esse é um registro importante. Reitera propostas importantes, como a creche em período integral, pois a atual, da Prefeitura de São José dos Campos, de meio período tem prejudicado muito as

trabalhadoras. Registra a presença da Dora, que foi professora da UNESP e feminista e, também, diz que o Hospital da Mulher é fundamental, e foi feito o ambulatório durante o governo Carlinhos Almeida, porém o projeto de licitação foi posteriormente deixado de lado, e que deve-se lutar pela saúde integral das mulheres. Solicita melhorias na UBS Bosque dos Eucaliptos, esta precisa ser ampliada devido ao aumento da demanda, inclusive de muitos idosos. Também pede que seja incluído no contrato do convênio da Prefeitura com a Polícia Militar, um aumento no contrato para que o policial em função delegada receba cem por cento de hora extra para trabalho nos fins de semana, pois existe aumento no número de casos de furtos nos fins de semana, como noticiado pela cidade. Diz que falta política pública pela Prefeitura, e que aqui foi o único local onde não se deu uma única cesta básica durante a crise sanitária da COVID-19. São José dos Campos é uma cidade rica, mas pede que haja ampliação da assistência social. Diz que a área verde, citada pela Sra. Mariene anteriormente, foi asfaltada durante o governo Carlinhos, e que hoje está abandonada e sem iluminação, portanto pede que também seja feito o controle do acesso no local, pela segurança pública. Também diz para o poder público tomar providências em relação as casas abandonadas perto da ciclovía na região do Jardim Satélite. Fala que seu mandato está à disposição da população, deseja uma cidade gostosa para se viver, com olhar social. Conclui que a cidade é muito rica, mas sem política de habitação, e estão derrubando casas sem processos administrativos. Não ocorrendo nenhuma manifestação, às dezenove horas a reunião foi encerrada pela Sra. Patricia Loboda Fronzaglia. Nada mais havendo a tratar a presente ata foi lavrada e assinada por quem de direito. São José dos Campos, 17 de agosto de 2023.

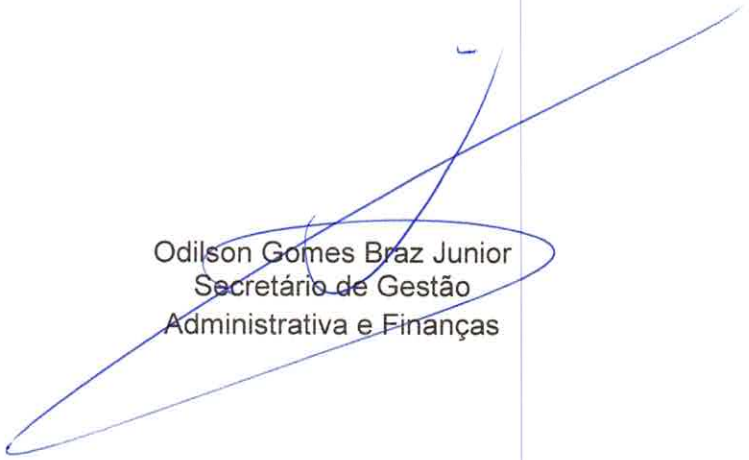


Odilson Gomes Braz Junior
Secretário de Gestão
Administrativa e Finanças

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2024

No nono dia do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às dezoito horas, na EMEF Mercedes Rachid Edwards, situada na Estrada Municipal Vereador Pedro David, 19251 – São Francisco Xavier, teve início a audiência pública em atendimento à Constituição Federal, à Lei Federal nº 101/2000, e nos termos do artigo 16, inciso III, do parágrafo 2º, e do artigo 207, ambos da Lei Orgânica do Município, para recebimento das propostas para a elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024. A audiência foi dividida em quatro etapas: 1 - introdução; 2 - apresentação e explicação dos conceitos e finalidades da Lei Orçamentária Anual; 3 - coleta das sugestões da população referentes às prioridades e ações do Poder Público a serem realizadas no ano de 2024; 4 - conclusão e encerramento. O objetivo da audiência pública é garantir a participação popular nas decisões do município, coletando sugestões sobre as metas e prioridades a serem consideradas na elaboração da Lei Orçamentária Anual para o ano de 2024. Os participantes foram instruídos a expressar suas manifestações das seguintes formas: através do preenchimento de formulários próprios, disponíveis no local ou através da internet, pelo site da Prefeitura, pois o objetivo principal da Audiência Pública é garantir a participação popular nas decisões do Município. A mesa foi composta pelo Sr. Odilson Gomes Braz Junior, Secretário de Gestão Administrativa e Finanças. Como estabelecido, a palavra foi passada ao Sr. Odilson Gomes Braz Junior, que deu boas vindas a todos os presentes, fez uma breve elucidação sobre o calendário das audiências já realizadas e as que ainda serão, enumerando os horários e datas, e também definiu os objetivos das reuniões e, por fim, disse que os munícipes podem se manifestar presencialmente, por escrito e através de formulário específico no site da Prefeitura de São José dos Campos. O Sr. Odilson Gomes Braz Junior continua a apresentação destacando o montante da receita prevista na Lei Orçamentária Anual para o ano de 2024 para a Prefeitura de São José dos Campos e demais entidades municipais e, por fim, dá exemplos de sugestões e explica a importância da participação da população na gestão da cidade. Em seguida, registra a presença do Sr. Fabiano Lima, Presidente da SAB São Francisco Xavier, da Sra. Jucilene Moura de Almeida, do polo Univesp, e agradece a equipe da Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças, na figura da Sra. Angélica Gória, diretora do Departamento da Receita da Prefeitura de São José dos Campos. O Sr. Odilson Gomes Braz Junior abre o espaço para manifestação dos presentes. A palavra é passada ao Sr. Fabiano Lima, que diz que a divulgação das audiências acaba

sendo muito em cima da hora e, pela extensão (inclusive rural) da região, acaba pecando por não chegar a todos, sendo que o carro de divulgação acaba passando somente no centro do distrito. Sugere uma parceria com as escolas para que se faça a divulgação das audiências através de mensagens direcionadas aos pais das crianças, facilitando o acesso às casas. Também fala sobre a questão do efetivo da Guarda Municipal, que não é do distrito, e quando ocorre a troca da Guarda, a cidade acaba ficando com um hiato sem policiamento no período entre a saída e chegada do novo turno. Diz que a Guarda Municipal vem fazer o que tem que fazer, porém pede que a guarda seja mais efetiva e próxima do centro de São Francisco Xavier. Solicita a cobertura da quadra na praça, que já é uma demanda antiga do distrito. Também sugere mais cursos técnicos, pois o aluno termina o terceiro ano e tem que ir para São José dos Campos, com preço elevado de locomoção, além da dificuldade com horários de ônibus. Pede creche integral, que é um pedido de várias mães da região. A palavra é cedida à Sra. Jucilene Moura de Almeida, que cita que a conquista de uma universidade no distrito surgiu de uma reunião assim, e que hoje São Francisco Xavier conta com Ensino Infantil, Médio e Superior. A vinda da UNIVESP para a região também abre espaço para a chegada de outras universidades (EAD), para suprir as necessidades do distrito, como nas áreas de saúde, meio ambiente e do Turismo. O Sr. Odilson Gomes Braz Junior retoma a palavra e pergunta se mais alguém presente quer se manifestar. Como não houve manifestações, às dezoito horas e trinta minutos a reunião foi encerrada pelo Sr. Odilson Gomes Braz Junior. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada e assinada por quem de direito. São José dos Campos, 17 de Agosto de 2023.



Odilson Gomes Braz Junior
Secretário de Gestão
Administrativa e Finanças

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2024

No décimo dia do mês de agosto de dois mil e vinte três, às dezoito horas, no Auditório da Casa do Idoso da Vista Verde, situada na Rua Cidade de Washington, 164 – Vista Verde, teve início a audiência pública em atendimento à Constituição Federal, à Lei Federal nº 101/2000, e nos termos do artigo 16, inciso III, do parágrafo 2º, e do artigo 207, ambos da Lei Orgânica do Município, para recebimento das propostas para a elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024. A audiência foi dividida em quatro etapas: 1 - introdução; 2 - apresentação e explicação dos conceitos e finalidades da Lei Orçamentária Anual; 3 - coleta das sugestões da população referente às prioridades e ações do Poder Público para serem realizadas no ano de 2024, 4 - conclusão e encerramento. O objetivo da audiência pública é garantir a participação popular nas decisões do município, coletando sugestões sobre as metas e prioridades a serem consideradas na elaboração da Lei Orçamentária Anual para o ano de 2024. Os participantes foram instruídos a expressar suas manifestações das seguintes formas: através do preenchimento de formulários próprios, disponíveis no local ou através da internet, pelo site da Prefeitura, pois o objetivo principal da Audiência Pública é garantir a participação popular nas decisões do Município. A mesa foi composta pelo Sr. Odilson Gomes Braz Junior, Secretário de Gestão Administrativa e Finanças e a Sra. Patricia Loboda Fronzaglia, Secretária Adjunta de Gestão Administrativa. Como estabelecido, a palavra foi passada ao Sr. Odilson Gomes Braz Junior, que saudou os presentes, destacando a presença do Sr. João Batista da Cunha, o Alemão, Presidente da Associação Portal Santa Inês, da Sra. Maria Aparecida da Costa, da Sra. Silvia Macedo, representante da CEB Igrejas Católicas, o Sr. Cosme Vitor da Associação das Favelas e Despejo Zero, da Sra. Fernanda Aparecida Silveira, Vice Presidente da Associação Capão Grosso I, do Sr. Osmar Rodrigues Eugenio, da Associação Capão Grosso I, e do Sr. Rosalvo Martins da Rosa, Liderança do Capão Grosso I. O Sr. Odilson Gomes Braz Junior agradece o trabalho dos funcionários da Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças, representados pela Sra. Patricia Loboda Fronzaglia e dá início a apresentação falando sobre as datas de realização das audiências que já ocorreram e as que ainda irão acontecer, também elucida que o objetivo das reuniões é a coleta de sugestões da população para a Lei Orçamentária Anual de 2024, e completa dizendo que os munícipes podem submeter suas demandas através das audiências presenciais, por via escrita ou em formulário online no site da Prefeitura de São José dos Campos. Reitera que os presentes deixem seus dados para que a devolutiva possa ser feita, e finaliza exibindo e explicando como preencher o formulário online. O Sr. Odilson Gomes Braz Junior continua a apresentação fazendo uma breve conceituação sobre as peças orçamentárias, os componentes da Lei de Responsabilidade Fiscal e o equilíbrio entre as despesas e as receitas. Explica que o orçamento é elaborado através do uso de projeções, com a expectativa de realização futura, utilizando indicadores econômicos pelo relatório Focus, do Banco Central do Brasil. Diz que a receita estimada para a Prefeitura de São José dos Campos e suas entidades é de quatro bilhões e trezentos

milhões de reais, e que aproximadamente metade deste valor é destinado a área de Saúde e Educação, por fim completa elucidando que grande parte do orçamento é destinado ao custeio dos serviços já existentes prestados pelo poder municipal. Termina a apresentação dando exemplos de sugestões e de obras que tiveram seu início a partir de demandas realizadas pela população em audiências, e explica o trâmite do projeto da Lei Orçamentária Anual de 2024 dentro da Câmara Municipal de São José dos Campos. O Sr. Odilson Gomes Braz Junior abre a palavra para os presentes se manifestarem. A Sra. Silvia Macedo solicita a construção de uma UPA nível três no bairro Novo Horizonte, alegando que atual é muito pequena e não comporta a demanda. Também pede uma UBS no Jardim Majestic e a melhoria do transporte público na cidade, pois a atual frota é composta por ônibus velhos e quebrados. Após estas demandas, a Sra. Silvia Macedo faz a leitura de um documento, já protocolado, e diz que a atual gestão está dilapidando o patrimônio do Instituto de Previdência do Servidor Municipal e, apresenta uma memória de cálculo falando que em 2022 a despesa foi de quatrocentos e vinte e oito milhões, reduzidos de dois terços do rendimento, em torno de cento e cinquenta milhões e mais setenta e dois milhões de aportes pagos, por fim restando uma dívida de mais de duzentos milhões nas contas, e que em 2023 ainda consta esse déficit. Diz que não se pode fazer superávit as custas dos ativos e inativos, e que foi feito um confisco de quatorze por cento dos salários dos aposentados. Questiona se consta na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2024 recursos para equalizar o déficit no Instituto de Previdência do Servidor Municipal, e solicita saber os valores destinados aos aportes para o orçamento de 2024. Repudia a aprovação da lei 651, que levou a mais de vinte e três ações de demolição e mil setecentos e vinte e oito residências condenadas em diversas comunidades. A palavra é passada para o Sr. João Batista, que diz que são realizadas poucas audiências, insuficiente para atender a população de todas as regiões da cidade, principalmente aqueles que trabalham o dia todo e ainda precisam pegar ônibus e percorrer uma longa distância para participar. Diz que é morador do Portal de Santa Inês, um bairro novo, que a incorporadora entregou com água, luz, rede de esgoto e todas as benfeitorias, porém a MRV, que faz o que quer nesta cidade, comprou parte de uma chácara próxima e fez um loteamento com cinco torres, sendo cento e sessenta e sete apartamentos, em três ruas, num total de cento e oitenta lotes. Continua dizendo que os logradouros são sem saída e, com o loteamento feito pela MRV, a movimentação pelo local ficou prejudicada, pois a população quase dobrou. Cita outro agravante, que é a construção de um outro lote atrás, e questiona se a rede de água e esgoto irá dar conta dessa nova demanda e se esse loteamento foi com o aval do poder público. Também pede que seja urbanizada a Rua Daniel Ribeiro de Paulo que faz a ligação com o Jardim São José, para melhorar a segurança dos moradores, pois muitos passam pelo local para ir a área verde. A palavra foi passada ao Sr. Maxuel José da Silva, que deseja boa noite e faz a leitura de sugestões para a Lei Orçamentária Anual do exercício de 2024 para a mobilidade urbana, sendo: ampliação de linhas e horários, com veículos modernos, sustentáveis e inclusivos, integração e planejamento urbano para um sistema de mobilidade urbana mais eficaz, a manutenção dos cobradores nos novos processos licitatórios, o aumento do número de corredores exclusivos para ônibus, a ampliação e integração do

sistema de transporte alternativo no bilhete único, a ampliação do transporte escolar, ciclovias mais seguras e a transparência na discussão das planilhas de custos dos transportes. O Sr. Maxuel José da Silva diz que a população está insatisfeita com o que vem ocorrendo na cidade, em especial na mobilidade urbana. Alega que foi nas regiões mais afastadas, em todas as principais zonas, o maior questionamento sempre foi sobre esse tema. Por fim, faz a leitura de uma justificativa sobre suas solicitações, a qual: é sabido por todos os munícipes, especialmente aqueles que dependem da mobilidade urbana, a precariedade do atual sistema. O contrato mais recente venceu em outubro de 2020, e pelo terceiro ano consecutivo não conseguiram realizar licitação para o transporte público coletivo, todas as tentativas foram barradas pelo Tribunal de Contas do Estado devido a vícios e irregularidades. Chegaram a homologar para operar o transporte público em São José dos Campos uma empresa que estava em processo de falência, caso este amplamente divulgado em diversas mídias. Os usuários convivem diariamente com superlotação, quebra dos veículos e atrasos. A Linha Verde apresentou atraso e desperdício de dinheiro público, com ônibus vazios e sem atender grande parte da população. O Sr. Maxuel José da Silva encerra a leitura e entrega a palavra, que é passada ao Sr. Osmar Rodrigues Eugênio. O Sr. Osmar Rodrigues Eugênio deseja boa noite a todos, agradece ao Sr. Secretário Odilson Gomes Braz Junior, e começa sua fala questionando a transparência do processo de divulgação das audiências, cobrando que seja mais divulgada nas mídias, que o que ocorre é um descaso com a população. Solicita para a região do Capão grosso, que seja colocado na Avenida Santo Antônio do Alto, asfalto decente e guias, com melhorias na infraestrutura, pois lá moram pagadores de impostos. Também diz que ocorrem vários acidentes na Avenida Narciso Ferreira, um importante corredor de transporte público que interliga a Tancredo Neves com a Santo Antônio do Alto, precisa de alargamento e asfalto de boa qualidade, para evitar congestionamentos no futuro. Diz que vem apresentando os problemas e dando sugestões, e cobra que o Prefeito e os Vereadores façam sua parte, diz que os últimos levam os problemas porém o Prefeito “engaveta”. Por fim, pede a regularização do Capão Grosso I no exercício de 2024, onde são quarenta anos de poluição do solo, e que é injusto que outros bairros próximos já estejam regularizados enquanto existe o descaso com a região que representa. Diz que cobra apenas o que é justo e pede melhor tratamento por parte dos representantes do poder público. A palavra é passada ao Sr. Andrel Pereira, morador do Nova Detroit, diz que veio de Franco da Rocha para São José dos Campos, sendo novo residente na cidade. Fala que a gestão anterior tinha mais atenção ao bairro, que a Prefeitura era bastante atuante, porém hoje em dia tem acontecido muito acúmulo de lixo e entulho. Também diz que a Rua Luís Monteiro precisa de lombadas, devido à presença de uma escola para crianças próxima, onde os carros passam em alta velocidade, assim como a manutenção do local. Também pede o retorno da academia ao ar livre da região e que se dê mais atenção ao parque, que está abandonado. A palavra é passada para a Sra. Patrícia Rosângela de Oliveira, moradora do Cerejeiras, e mãe do adolescente especial, o William. Solicita a cobertura da piscina dos poliesportivos que oferecem atividades para pessoas especiais, diz que a temperatura ideal para quem apresenta deficiência é 28°, sendo para as pessoas sem de 27°, portanto acontece

frequentemente em períodos mais frios da água não atingir o valor correto, não ocorrendo as aulas. Diz que isso gera até economia para a Prefeitura, pois as aulas não são canceladas e os estagiários não ficam sem experiência. Pede para o poder público olhar com atenção e carinho para essa situação. Diz que atualmente três locais oferecem o serviço: no Jardim das Cerejeiras, Vila Industrial e Jardim das Industrias. A palavra é passada a Sra. Margarete Ruiz, que deseja boa noite a todos e é mãe do adolescente autista Victor, e está lá representando as mães de autistas. Diz que o autismo é uma realidade crescente no município, e que os cuidadores esbarram em obstáculos na cidade, que carece de opções de atendimento, e mesmo as poucas opções são muito limitadas, como terapia de trinta minutos quinzenais, sendo insuficiente para a melhora cognitiva. Diz que a Prefeitura de São José dos Campos precisa ter um olhar diferenciado, pois sem o tratamento adequado não existe melhora, e posteriormente a pessoa autista é jogada a própria sorte. Solicita o Centro Dia em cada região do município, para que não tenha dificuldade de locomoção. Completa dizendo que uma pessoa autista parada dentro de casa, além de não melhorar, fica inquieta e até mesmo agressiva, por isso pede que seja dado um olhar especial para a situação. A palavra é passada ao Sr. Cosme Vitor, que deseja boa noite a todos e diz ser lamentável ter que ouvir essas mães fazerem esses pedidos em São José dos Campos, que é uma cidade tão rica. Diz ser uma vergonha a não presença dos vereadores, e que deveria ter outra audiência na Câmara Municipal de São José dos Campos para que a população possa ter uma interação direta com os vereadores. Critica a moção de aplauso feita pela Sr. Vereador Thomaz Henrique, do partido NOVO, sobre a operação da política militar que levou a morte de dezesseis pessoas em Santos. Diz ser a mesma política do governador de Minas Gerais, o Zema, que alega querer separar os nordestinos, uma política racista e fascista. Diz acompanhar as regularizações e que quer projetos habitacionais de fato. Chama a participação do Grito dos Excluídos, no dia 07 de setembro de 2023 e completa falando que tem sede por justiça social e sede contra esse sistema podre. Diz que irá ocorrer o nono ciclo de debates da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que será realizada no dia 02 de setembro de 2023. Por fim, diz que é preciso denunciar os absurdos, e critica o “asfalto sobre asfalto” na zona norte, alegando que uma piscina aquecida na região seria melhor pra população. A palavra é passada a Sra. Fernanda Aparecida Silveira, moradora do Capão Grosso I, pede a regularização fundiária e saneamento básico, pois São José dos Campos é uma cidade muito rica e que ainda tem muitos bairros irregulares e sem saneamento básico. Solicita que acabem com os antipoeira na região, assim como a lixeira coletiva, que por falta de opção, é o único local para despejo do lixo no bairro, onde juntam muitos ratos, isso é um problema de saúde pública. Reclama da falta de infraestrutura no Capão Grosso I, e diz que a avenida Santo Antônio do Alto ainda se encontra somente no antipoeira e precisa de calçadas, assim como a Narciso Ferreira e completa afirmando que a mobilidade pública de São José dos Campos é péssima, sem nenhuma qualidade. Por fim solicita, para o Capão Grosso I, um posto de saúde, uma creche, uma escola e uma área de lazer. Termina solicitando a revogação da lei 651/2022, falando que a demolição não é solução, pois a Prefeitura de São José dos Campos deveria dar condições de vida para as pessoas saírem do local, pois não adianta nada você somente

tirar a pessoa, que no fim irá para outro local irregular, apenas trocando o problema de localização. A palavra é passada a Sra. Sandra Regina de Carvalho, que deseja boa noite a todos e diz residir a quatro anos em São José dos Campos, e é moradora do bairro Campos de São José. Continua explicando que o transporte público é o maior problema da região, que vem piorando devido ao aumento da população de bairros próximos, como o Serrote e o Santa Cecília. Elucida que os ônibus estão sempre lotados e com frequência sofrem de atrasos, e sempre liga para a Prefeitura de São José dos Campos, porém as respostas são sempre insatisfatórias. Pede a fiscalização do transporte público no Campos de São José, pois fiscal não está fazendo. Por fim diz que ficou sabendo das audiências públicas pela Sra. Vereadora Amélia Naomi, que tinha feito uma passagem pelo bairro mais cedo. A palavra foi passada a Sra. Antônio Lúcia Pereira, que diz que vai protocolar seus pedidos, os mesmos feitos a três anos, sem atendimento do poder público. Diz que na Região Leste, “pra lá” do Vista Verde é a parte invisível da cidade, com bairros sem regularização, sem esgoto, sem coleta de lixo e sem asfalto. Pondera que a Prefeitura de São José dos Campos trouxe os ônibus da Linha Verde, que estão sempre vazios. Diz que no Capão Grosso, Santa Helena, Bom Retiro e outros, as crianças brincam no esgoto, em contraste com a Região Central, que a Prefeitura quebra asfalto bom para colocar um novo. Diz que a cidade tem vinte e um vereadores no legislativo e, dezanove votaram na Lei 651/2022, que serve para “derrubar a casa do povo”. Continua dizendo que fica indignada ao ver a propaganda que diz: “bom, bom mesmo é viver em São José!”, e que a realidade é que ela foi atender um senhor que recebeu a notificação que seu barraco iria ser demolido, ele estava quase desmaiando. Entrou em contato na sexta-feira com o Secretário de “regularização fundiária” e ele disse que não poderia fazer nada e que existia plantão de demolição nos fins de semana. Diz que tem mais de mil e seiscentas casas para serem demolidas e que fez um abaixo assinado pedindo a revogação da Lei 651/2022. Alega que um vereador disse que iriam ter mais de quinhentas casas demolidas. Por fim pergunta aos presentes: “É bom viver em São José?”. A palavra é passada ao Sr. Leandro Gimenez, que deseja boa noite a todos e diz que o Prefeito, Sr. Anderson Farias, não fez nada porém vai começar a agir no ano que vem, que é período eleitoral, e alega que prova disso é o constante recapeamento no Centro da cidade, enquanto isso a periferia está abandonada. Pede que a Prefeitura de São José dos Campos também leve asfalto às periferias, assim como a melhoria no transporte público coletivo da cidade, com aumento no tamanho dos ônibus, melhores horários, mais qualidade e corredores de ônibus e continua a fala exigindo mais transparência nas ações da Secretaria de Mobilidade Urbana. Solicita melhoria na segurança pública na cidade, pois estão ocorrendo muitos roubos, a revogação da lei 651/2022 e caso esta não possa ser revogada, que o Prefeito abra diálogo com a população. Cobra melhorias no sistema público de saúde, como as UBS, UPA e hospitais, diz que o sistema está superlotado. Encerra sua fala dizendo que bom, bom mesmo é viver em São José, é uma propaganda enganosa. A palavra é passada a Sra. Ângela Aparecida da Silva, que deseja boa noite a todos e pede que, considerando a presença da Petrobrás na Cidade de São José dos Campos, que se faça um estudo sobre a questão climática. Também diz que já entrou em contato pelo 156 para resolver a questão do asfalto na rua 31 de Março,

onde reside, porém sem resultados. Diz que faltam remédios no sistema público de saúde, e que se gasta muito com asfalto. Pede que sejam feitos estudos para uma rota de fuga dos acidentes viários na Zona Leste. Reitera a importância da inclusão orçamentária de estudos de impactos climáticos, devido ao histórico recente de enchentes, e dá destaque a questão do Rio Pararangaba. Diz que o orçamento público é feito com dinheiro da população, incluindo o dela, e que não autoriza a Prefeitura de São José dos Campos a utilizar o dinheiro para demolições. Solicita a criação de programas habitacionais para pessoas de renda entre um a três salários mínimos, a maioria da população. Pede mais estudos para que as pessoas possam fazer reformas nas suas casas. Alega que o Sr. Prefeito Anderson Farias deu uma entrevista na Rádio Aparecida falando que não faz regularização por que não quer, pois dinheiro tem e encerra pedindo a revogação da Lei 651/2022. A palavra foi passada para o Sr. Florisvaldo Gonçalves Fernandes, que deseja boa noite a todos e diz que já fez os pedidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024, porém veio reforçar na Lei Orçamentária Anual 2024. Diz que a população não se esqueceu das enchentes, lembrando de três localidades: a Rua Ottoboni na Vila Industrial, Praça Uirapuru na Vila Tatetuba e as cheias no Jardim Pararangaba. Pede a implementação de rede de água e esgoto na Chácara São Pedro, ao lado da GM, a cobertura da quadra na Praça Engenheiro Roberto Simone Ale, na Vila Ester, cobertura na piscina no poliesportivo da Vila Tesouro, a reforma do centro comunitário da Vila Industrial, a reforma do espaço cultural Chico Triste. Continua pedindo para a Prefeitura de São José dos Campos observar a faixa de terra entre o Atacadão e o Condomínio Rossi Montês para a abertura de uma nova opção viária na região, pede um projeto habitacional específico para população residente em áreas de proteção ambiental (APA), e que é possível regularizar, dentro da Lei do Minha Casa, Minha Vida e alega falta de vontade política para solucionar o problema. Diz que a pujança financeira de São José dos Campos não alcança a população, que é a quarta maior do Estado de São Paulo em número de beneficiários do programa Bolsa Família. Pede melhorias na estrada ecológica, prioridade a medicamentos de alto custo, dar condições de uso a Estação Martins Guimarães, que foi reformado em 2016 e que está deteriorando fechada. Solicita construção quadra de futebol society ao lado da Estação Martins Guimarães, construção de vestiário no campo de futebol do mesmo local. Por fim, critica as eleições do Conselho de Mobilidade Urbana, diz que os eleitores não representam a população que acorda as quatro da manhã para pegar ônibus, são funcionários da Prefeitura, que foram votar no indicado pelo Prefeito. A palavra é passada ao Sr. Benedito Alves, o Índio, líder do Jardim Nova Detroit, que deseja boa noite a todos e explica que o problema das enchentes, citando as macrorregiões e a questão da Nova Dutra. Pede atenção de todos, pois já participou das audiências em 2021, 2022 e 2023, disse que tentou se candidatar a vereador, e teve alguns votos, porém sem sucesso, para resolver os problemas do bairro, que perduram a quarenta anos. Solicita a limpeza da Praça Tele Santana, reconstrução da mureta de lixo e diz que está surgindo uma cracolândia na região, atrapalhando o comércio local. Indaga que as eleições estão chegando e qual vereador vai ter coragem de ir pedir votos nas periferias, onde a população está revoltada. Suplica que já está a três anos pedindo coisas simples, porém sem sucesso. Diz que não depende de dinheiro de político para

sobreviver, e conclui dizendo que quatro bilhões de reais é um orçamento “razoável” para manutenção da cidade. O Sr. Odilson Gomes Braz Junior retoma a palavra e pergunta se mais algum presente quer se manifestar. Como não houve manifestações as dezenove horas e trinta minutos a reunião foi encerrada pelo Sr. Odilson Gomes Braz Junior. Nada mais havendo a tratar a presente ata foi lavrada e assinada por quem de direito. São José dos Campos, 17 de Agosto de 2023.



Odilson Gomes Braz Junior
Secretário de Gestão
Administrativa e Finanças

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2024

No décimo quarto dia do mês de agosto de dois mil e vinte três, às dezoito horas, no Auditório da Casa do Idoso de Santana, situado na Rua Carlos Belmiro dos Santos, 99 – Santana. Teve início a audiência pública em atendimento à Constituição Federal, à Lei Federal nº 101/2000, e nos termos do artigo 16, inciso III, do parágrafo 2º, e do artigo 207, ambos da Lei Orgânica do Município, para recebimento das propostas para a elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024. A audiência foi dividida em quatro etapas: 1 - introdução; 2 - apresentação e explicação dos conceitos e finalidades da Lei Orçamentária Anual; 3 - coleta das sugestões da população referente às prioridades e ações do Poder Público para serem realizadas no ano de 2024; 4 - conclusão e encerramento. O objetivo da audiência pública é garantir a participação popular nas decisões do município, coletando sugestões sobre as metas e prioridades a serem consideradas na elaboração da Lei Orçamentária Anual para o ano de 2024. Os participantes foram instruídos a expressar suas manifestações das seguintes formas: através do preenchimento de formulários próprios, disponíveis no local ou através da internet, pelo site da Prefeitura, pois o objetivo principal da Audiência Pública é garantir a participação popular nas decisões do Município. A mesa foi composta pela Sra. Patricia Loboda Fronzaglia, Secretária Adjunta de Gestão Administrativa, e o Sr. Alexandre Nogueira Anacleto, Diretor do Departamento de Finanças. Como estabelecido a palavra foi passada para a Sra. Patricia Loboda Fronzaglia, que desejou boa noite a todos e pediu colaboração aos presentes para poder realizar a apresentação, devido a acústica do local. Explica que quem desejar se manifestar pode levar o nome a mesa, para que seja incluso na ordem das falas e cada um terá o direito de se manifestar por três minutos, também esclarece que as sugestões podem ser feitas por preenchimento de formulário e entregue presencialmente ou através do site da Prefeitura de São José dos Campos. A Sra. Patricia Loboda Fronzaglia registra as presenças do Sr. Cesinha da Glória, representante da Vila Cristina, do Sr. Gilson Machado, Presidente da Associação dos Moradores do Canindu e Havaí, do Sr. Osvaldo Soares, liderança do Alto da Ponte, do Sr. Aécio Ferreira, Presidente da Associação dos Moradores do Freitas e Adjacências, do Sr. Clodoaldo de Souza, representante da Rádio New Vale, do Sr. Mário Rodrigues, que representa a Associação dos Moradores das Chácaras Havaí e do Sr. José Aparecido, representante da SAB Santana. A Sra. Patricia Loboda Fronzaglia diz que está representando a Secretaria de Gestão Administrativa de Finanças no lugar do Sr. Odilson Gomes Braz Junior, Secretário de Gestão Administrativa e Finanças, que teve um contratempo e não pode comparecer. Explica que todas as informações compiladas para a elaboração das peças de planejamento são de responsabilidade do Departamento Financeiro, e apresenta o Sr. Alexandre Anacleto, Diretor Financeiro. A Sra. Patricia Loboda Fronzaglia fala sobre todas as audiências já realizadas e as que estão por vir, e que o objetivo das audiências é ouvir as

propostas e colher as sugestões das populações de cada região, balizando a forma com a qual o gestor vai gastar o dinheiro público. Reforça novamente as formas de participação das audiências, e explica como fazer a submissão de sugestões online, mostrando como acessar o site e onde se encontra o formulário. Elucida a legislação acerca das peças de planejamento, explicando os instrumentos previstos dentro da constituição, faz a conceituação simples do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), por fim conclui falando sobre o equilíbrio das contas públicas e sua relação com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Encerra falando brevemente sobre as receitas públicas e as obrigações da destinação das mesmas, e passa a palavra para o Sr. Alexandre Anacleto. O Sr. Alexandre Anacleto deseja boa noite a todos, e diz que vai continuar a explicação da Sra. Patricia Loboda Fronzaglia, e começa a explicação falando da composição da projeção da receita, que utiliza a expectativa dos indicadores retirados do Banco Central do Brasil, no relatório Focus do dia 14 de julho de 2023, como o IPCA, PIB e Selic, para o futuro. Elucida sobre a aplicação mínima constitucional na educação e saúde, e diz que São José dos Campos aplica bem mais que o mínimo exigido na saúde, sendo ambas (saúde e educação) representantes de aproximadamente um quarto da receita cada. Completa dizendo que a receita projetada gira em torno de quatro bilhões e trezentos milhões de reais, divididos entre a Prefeitura, que fica com a grande maioria dos recursos, as fundações e o Instituto de Previdência do Servidor Municipal (IPSM). Explica que as audiências públicas servem para a coleta de sugestões, de forma a elaborar um orçamento voltado com maior interesse ao munícipe, dando exemplos de demandas e realizações que foram iniciadas a partir das sugestões da população, como as obras na Via Jaguari e a construção da escola de educação infantil na Vila Paiva. Continua a apresentação falando sobre os trâmites da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2024 e diz que o formulário online ficará disponível até o dia dezoito de agosto, e incentiva os presentes a divulgar o formulário online para que todos participem. Reforça a importância dos inscritos presencialmente de se identificarem, com canal de comunicação, para que a Prefeitura de São José dos Campos possa fazer a devolutiva das reivindicações. A palavra é devolvida a Sra. Patricia Loboda Fronzaglia reforça que vai abrir espaço para as falas dos presentes e para todos respeitarem o tempo de três minutos. A palavra é passada para o Sr. Gilson Machado, que deseja boa noite a todos e alega que vem “corrigir”, dizendo que eles vêm na audiência não para propor sugestões, mas pedir ao Prefeito que faça, pois ele é funcionário do povo e da cidade. Diz que chamar a população para fazer sugestão para o Prefeito é uma indelicadeza com o munícipe. Afirma que é Presidente da Associação Canindu e Havaí, que foram contemplados pelo REURB-S, o ministério público deu parecer favorável e a juíza também, o que falta é recurso empenhado para fazer adequação das ruas e da comunidade. Diz que existe área pública lá, que pode doar, para fazer creches, escolas e uma arena esportiva. A Prefeitura alega na justiça que não tem área, mas tem sim, o que precisamos é que se coloque isso no orçamento. Fala que a Prefeitura está fazendo muita obra, extrapolando o orçamento, e busca financiamento no mercado. Questiona quem vai pagar a conta que está por vir e que tem até prestações pagas em dólar, alegando que os recursos são mal empregados. Diz que na via Princesa Isabel, que estão

fazendo recapeamento, não existe sinalização de obras, não tem um cone e as faixas estão todas apagadas. Alega que em outras regiões da cidade, tanto de dia quanto a noite, tudo é sinalizado, e questiona porquê do descaso com a Região Norte. Explica que estão fazendo adequação viária, como na Vila Cristina, colocando asfalto sobre asfalto porém sem adequar as galerias de águas. Fala que na Vila Cristina, esse ano, já teve alagamento, e que vai acontecer novamente, pois a empresa não está nem fazendo a limpeza da massa asfáltica, sem fiscalização da Prefeitura de São José dos Campos, que só acontece quando é para demolir casas em bairros irregulares. A palavra é passada a Sra. Patricia Loboda Fronzaglia, que diz que esqueceu de avisar, mas todas as audiências estão sendo gravadas e, posteriormente, serão disponibilizadas as atas no site da Prefeitura de São José dos Campos, e que é importante a identificação do manifestante, de forma que seja possível fazer a devolutiva. A palavra é passada ao Sr. Osvaldo Soares, que deseja boa noite a todos, diz que é morador do bairro Alto da Ponte a sessenta e dois anos, que nasceu e cresceu ali, e reivindica uma quadra de grama sintética no centro comunitário do Alto da Ponte. Fala que infelizmente o único vereador eleito pela região, Roberto Chagas, não passa nem da “ponte pra lá”, que teve quase cinco mil votos e não mostrou a que veio. Elucida que não é candidato a nada, diz que tem muitas melhorias chegando para a zona norte, como a base dos bombeiros, que está quase saindo, a reforma da escola Ana Berling Macedo, que será uma escola modelo. Continua falando das melhorias, como a UBS Resolve, onde diz que lutou muito para acontecer com seus companheiros, e foi pro Centro Comunitário do Alto da Ponte e ficou ótima. Agradece a Sra. Patricia Loboda Fronzaglia, elogiando o seu trabalho espetacular. Fala que o pessoal tem que entender que quando acontecer obras na ponte de acesso à região, vão ocorrer transtornos mas é para melhoria da vida dos moradores e completa falando que, disparado, essa é a melhor gestão que São José dos Campos já teve. Completa falando que a região norte está sendo muito bem atendida pelo Prefeito Sr. Anderson Farias, e que vai estar junto com ele em 2024. A palavra foi passada ao Sr. Clodoaldo Braz, que deseja boa noite a todos e fala que é jornalista da rádio Web New Vale, que atua na região norte, e ajuda na cobrança do belíssimo trabalho que a Prefeitura de São José tem feito no local, afirma que concorda com a colocação do Sr. Osvaldo Soares e que, embora tenha profundo respeito pelo Sr. Gilson Machado, discorda da sua colocação de que não existe sinalização das obras na Avenida Princesa Isabel, e diz que mora lá e vê os carros, faixas e tudo sinalizado, alega que único acidente que ocorreu na avenida, foi decorrente da irresponsabilidade de um motociclista. Concorde novamente com os Sr. Osvaldo Soares, falando que obras trazem sim alguns transtornos, porém são para a melhoria, e que a região norte não está acostumada com tantas obras feitas pela gestão do Sr. Prefeito Anderson Farias. Diz que a base dos bombeiros era uma demanda antiga, e que a gestão anterior não fazia nada pela região, nem atendia os moradores. Cita que está saindo a base dos bombeiros, reforma da ponte e as obras da Via Jaguari. Discorda novamente do Sr. Gilson Machado, que em conversa, disse que a Via Jaguari não irá trazer nenhum benefício, e cita que sua mãe, que reside próxima, sofre muito incomodo com os caminhões da Petybon, e que a obra serve para melhorar o trânsito da região e o transtorno de caminhões passando, que só quem mora próximo

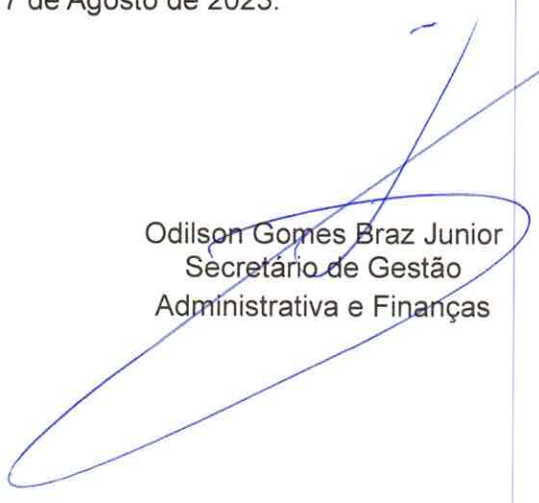
sabe como é. Diz que o benefício que trará para o bairro Urbanova não é nenhum demérito e que fica feliz com uma obra trazendo melhorias para outra região também. Reitera que tem que vir agradecer, pois a população está acostumada com gestão que faz pouca obra, só corta mato e limpa bueiros. Parabeniza a gestão atual pelo trabalho e pede desculpas pela deselegância do Sr. Gilson Machado. A palavra foi passada ao Sr. Aécio Ferreira, que deseja boa noite a todos, diz que tem quarenta e quatro anos de respeito e dedicação ao serviço público, fala que foi suplente de vereador pelo partido Republicanos, de São José dos Campos, alega ser autor e proponente da casa do idoso, a qual está sendo realizada esta audiência, na campanha do Sr. Eduardo Cury, quando ele foi Prefeito da cidade, foi colocado na plataforma as casas do idoso. Explica que vai falar sobre a questão dos loteamentos irregulares, que o Executivo fez a lei 651, que é para derrubar casas sim, e não criou nenhum programa habitacional. Fala que moradores de bairros que existem a décadas, até hoje, estão sendo privados de condições básicas como água, luz e esgoto. Questiona qual é o programa habitacional que foi feito nesses oito anos de governo, e completa que apesar disso “ainda quer derrubar casas”. Alega que o bairro dos Freitas está “congelado” a oitenta anos. Diz que seja qual for o governo, o Aécio do Postinho estará cobrando. Também cobra a inclusão dos servidores públicos no orçamento municipal, diz que a lei que vai promover mudanças pros fiscais e auditores vai ser penosa e pede que ela seja revista. A Sra. Patricia Loboda Fronzaglia registra a presença da Sra. Vereadora Amélia Naomi, e passa a palavra ao Sr. José Aparecido, o Cidão. O Sr. José Aparecido deseja boa noite a todos, agradece ao Prefeito Anderson Farias, que tem levado coisas boas pra região norte e diz que eles não estão abandonados, e que fala com propriedade. Expressa que a situação era muito pior nas administrações anteriores. Continua dizendo que tem orgulho da administração atual, que “a gente” escuta muita bobagem, e que falar “papagaio também fala”. A palavra foi passada ao Sr. Antônio Márcio, que deseja boa noite e diz que trabalha como coordenador no Centro Comunitário do Alto da Ponte e mora no Alto do Santana a trinta anos, mais ou menos, e diz que traz algumas sugestões dos moradores da região do Alto da Ponte, especialmente do Centro Comunitário. Diz que o caso do Sr. Gilson Machado se trata de REURB-S, que é um caso mais complicado, o Alto do Santana é REURB-E, que é específico, e sugere que a Prefeitura de São José dos Campos deveria criar um departamento de regularização fundiária, considerando a Lei Municipal 13.465. Diz que hoje existem muitos processos em morosidade e um setor específico poderá facilitar os procedimentos. Sugere a construção de uma quadra society de grama sintética, pois a quadra coberta atual, no centro comunitário, tem alta demanda, gerando conflito. Pede a implantação de uma feira noturna no Alto da Ponte, sugerido pela população que seja feita sexta-feira à noite no Centro Comunitário. Solicita o desassoreamento do Rio Paraíba, principalmente na Avenida Alto do Rio Doce, no Alto do Santana, na altura do número mil, que está muito perto da calçada e antigamente existia uma mata ciliar ao redor. Sugere a implantação de lixeiras ecológicas subterrâneas no Centro Comunitário do Alto da Ponte, pois a atual fica no centro do estacionamento e atrapalha. Pede a instalação de quiosques no centro comunitário, para o pessoal poder apreciar a fonte luminosa. Sugere a troca dos postes de madeira no Alto do Santana e pede para o legislativo

reeditar a lei das anistias para as obras que estão fora do padrão, para poder ajudar na regularização fundiária. A palavra é passada ao Sr. Cesinha, da Vila Cristina, que deseja boa noite a todos, e afirma que estamos na reunião da "LDO", e é para pedir verbas para melhoria para a região, tem que ter foco. Pede um novo acesso da Via Cambuí, atravessando o Rio Paraíba, para o Luso Brasileiro, para que a região norte possa desenvolver com esse novo acesso, emendando com a SP-50, isso sim é pedir uma "LDO", não é ficar falando bobeira. Solicita creche nos bairros que não tem, como na Vila Cristina, de período integral, para que as mães trabalhadoras tenham onde deixar seus filhos. Precisa que todos os centros comunitários tenham campos de futebol society, para os jovens jogarem bola e completa pedindo que se crie uma escolinha de futebol da Prefeitura de São José dos Campos, verba destinada a Secretaria de Esportes para os nossos jovens. Solicita que sejam servidas refeições para os idosos nas casas do idoso e que possam ficar no ambiente em período integral. Encerra pedindo para que se cobre o IPTU social ou mantenha o INCRA no Altos do Caete, não cobre o imposto como se fosse no Colinas. A palavra foi passada a Sra. Vereadora Amélia Naomi, que deseja boa noite a todos, e diz que todas as falas são legítimas e diz que ela e a Sra. Vereadora Juliana Fraga votaram contra a Lei Municipal que permite que se derrubem as casas sem processo e o restante do legislativo votou a favor. Completa dizendo que a referida legislação precisa ser derrubada, e que por meio da justiça, via Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), existe muita demora. Diz que regularização é vontade política e que, durante o governo Carlinhos Almeida, foi criado um setor que cuidava da regularização fundiária e hoje somente uma pessoa cuida do assunto. Diz que a gestão atual fez uma lei para que seja feita a demolição com mais agilidade e sem notificação, transformando os fiscais em juizes. Diz que todo dia alguém fala que está com medo da sua residência ser derrubada, e instrui que, caso feita a notificação, o munícipe vá ao protocolo reclamar e peça ajuda na Defensoria Pública. Exige a volta de um departamento exclusivo para cuidar das regularizações fundiárias. Fala que tem que estar em pauta a luta pela creche em período integral, e que esta gestão tem diminuído as vagas de período integral, gerando custo para as mães que não tem com quem deixar os filhos. Diz ser a favor da Via Jaguari, que começou no ano de 2014 através do Sr. Wagner Balieiro, que conseguiu com que a Petybon pagasse pelo então projeto da via, que é muito importante para a Região Norte. Diz que a via vai atender as empregadas domésticas da região, que até hoje sofrem, pois as linhas de ônibus retiradas por causa da pandemia do COVID ainda não retornaram, completa dizendo que a propaganda sobre o transporte público é boa, mas a realidade é outra. Explica sua proposta de ligar, em linha direta, a Urbanova com a Zona Norte, alegando que hoje as empregadas domésticas têm que sair de lá, ir até a rodoviária e pegar a linha 121 ou 129, esperando trinta minutos para subir em um ônibus lotado. Alega que com a linha direta, o trajeto que demora duas horas para chegar até o trabalho na zona norte, vai demorar apenas quinze minutos. Diz que os ricos não querem avenida por ali, para ficarem isolados, mas que eles, do Partido dos Trabalhadores, pensam ao contrário, e querem facilitar a vida dos trabalhadores. Diz que a Zona Norte precisa de investimento, que na audiência do ano anterior ela disse que a única obra que tinha era a do supermercado Shibata, e fala que a comunidade tem que se organizar, pois

infelizmente quem mora no Santana ou no Alto da Ponte, não sabe a realidade lá do Caete, dos lugares que não tem água, e repete quem em São José dos Campos, não tem água. Discute com alguns outros presentes na audiência, chamando eles de puxa-saco do Prefeito e diz que já está terminando a fala, e que seu mandato está à disposição contra a derrubada de casas, para a criação da Secretaria de Regularização Fundiária e a favor do transporte público, para ter ônibus decente nesta cidade. A palavra foi passada a Sra. Gizelda Maria, que deseja um boa noite e a paz de Cristo para todos os presentes. Diz que a Sra. Vereadora Amélia Naomi e a Sra. Juliana Fraga, representada pelo seu assessor, fazem parte de um partido maravilhoso, que representa a população da região norte, e questiona se existe mais um vereador no recinto. Fala que os agitadores presentes no momento deveriam ter mais respeito com os participantes da reunião. Fala que no Nova Esperança já tiveram ganham de causa, e o que foi determinado pelo juiz não está sendo cumprido e que viu, na CBN, que o Prefeito quer tirar o terreno dos moradores. Diz que a população precisa ter representatividade pelos representantes eleitos pelos moradores, que sejam feitas reuniões, para formação de consenso para que se apresente depois. É preciso de verba para que se cumpra o que foi determinado pelo juiz para o Nova Esperança. Alega que o plantio de banana em São José dos Campos é proibido por lei, e isso tem que ser questionado, pois os políticos precisam de votos, e por isso, tanto os vereadores quanto os representantes de bairro que mais representarem a causa, vão ter os votos. Volta a questionar a suposta proibição ao plantio de banana e diz que tem que regularizar direito. Questiona sobre a prestação de contas, pois em certas rádios só se tem espaço para partidos de certa ideologia. Pergunta porque em São José dos Campos não se pode retirar areia, que está desviando o curso do rio. Pede desculpas por ter ultrapassado o limite de tempo e agradece a oportunidade. A palavra é passada ao Sr. Giba Ribeiro, que deseja boa a todos, e fala que já morou por vários anos no Santana, mas hoje mora em outro bairro com os filhos, e diz que quando foi vereador teve uma votação “respeitosa” e que vai pontuar a sua intervenção na luta e o avanço que colocou em pauta a questão dos loteamentos clandestinos e irregulares, fala que é verdade que tiveram avanços, mas ainda se falta muito por fazer. Diz que a zona norte, infelizmente, é a segunda, no município, em número desse tipo de loteamento. Explica que durante o governo Carlinhos Almeida foi criada a Secretaria de Regularização Fundiária, que era anexada a Secretaria de Obras, e que, infelizmente, durante o governo tucano ela foi desmontada. Alega que o atual Prefeito chamou para si, e declarou como inimigos os moradores destes loteamentos irregulares, cita que o Sr. Gilson Machado sabe, pois é representante do Canindu e Chácaras Havai, que a Prefeitura de São José dos Campos está demolindo casas por lá, sem dar nenhum aviso prévio e nenhuma orientação, uma verdadeira operação policial e terrorista. Encerra falando que uma cidade do nível de São José dos Campos, tratar os moradores da maneira como essa gestão vem tratando, é terrorismo e desrespeito a trabalhadores e trabalhadoras das periferias, e completa dizendo que na cidade que se diz inteligente, ainda tem moradores que dependem de caminhão pipa para sobreviver e isso é uma vergonha. Diz que no caderno de ontem, de 13 de agosto de 2023, do jornal Vale Paraibano, o defensor público Dr. Simão, disse que a Prefeitura de São José dos Campos tem todas as condições

legais para regularizar o Banhado, e isso vai trazer muito mais benefícios para a cidade do que o tratar a população local como o Prefeito trata hoje. Pede a derrubada da Lei 651, e a regularização imediata e tratar os cidadãos dos bairros clandestinos e irregulares com respeito, e com o bairro regularizado ganha a cidade e a população. Questiona se o problema é que nesses bairros tem preto e pobre, e clama pelo fim do preconceito e da discriminação. A Sra. Patricia Loboda Fronzaglia chama para o uso da palavra o Sr. Marco Antônio e pede que os presentes tenham respeito e conversem do lado de fora, para não atrapalhar o andamento da audiência. O Sr. Marco Antônio não quis fazer o uso da palavra, que foi passada ao Sr. Wagner Rodrigues, que desejou boa noite a todos, diz que é morador do bairro dos Freitas, e pede o retorno da Secretaria de Regularização Fundiária, diz que é preciso lutar e chamar a todos. Questiona se a ligação de água e esgoto do Freitas não é ligada a rede da SABESP, e diz que o esgoto passa por córregos e desagua no rio Buquira e possivelmente no Paraíba. Diz que a população é muito esquecida nas periferias e expressa concordância com as falas do Sr. Osvaldo Soares, que na região central da zona norte as coisas estão sendo feitas, porém, fora dela, a população está sendo esquecida. Diz que na época que o Sr. Giba Ribeiro foi vereador, eles lutaram para que a quarta travessa tivesse água, e foi uma luta ferrenha. Diz que a luta deve continuar e que a população deve cobrar o poder público, para resolver os loteamentos irregulares, fazendo o cadastro das glebas e chama os residentes para que se faça a regularização, alega que isso vai gerar imposto para o município. Diz que até entende em casos especiais, como em áreas de preservação ambiental ou de risco, citando a morte de uma família de uma casa no Freitas. Fala que a Prefeitura de São José dos Campos tem que ter um setor, com pessoas competentes, para que estudem a situação. Diz que é uma luta antiga do Sr. Aécio Ferreira a construção de uma quadra, um campinho perto do mirante no bairro dos Freitas, diz que a área é parada. Pede a criação de uma secretaria para cuidar dos loteamentos irregulares, para que haja mais transparência nas demolições, pois hoje uma joga para o outro e não se sabe nem se a residência está sendo demolida por ser de risco ou não. A palavra foi passada ao Sr. Graciano Dias, que deseja boa noite a todos e diz ser sua primeira participação em audiência pública e fala que é muito feio chamar de loteamento clandestino, pois muitos moradores das Águas de Canindú compraram o terreno, e fala que é uma dessas pessoas. Alega que não consegue vender e não consegue fazer uma obra, diz que é um patrimônio parado ali, que foi comprado. Diz que no horário que era pra ser do seu descanso, tem que vir na audiência para cobrar o poder público, e juntar forças com as pessoas menos favorecidas, que muitas vezes não sabem que está acontecendo uma audiência pública. Clama que se faça o que tem que ser feito, pois a situação já se arrasta a muito tempo, precisa ver a situação da regularização fundiária. Segue a fala fazendo uma crítica a lei 651, e apela para que seja feita mudanças na referida legislação, que não pode ser feita vista grossa. Diz que veio em prol de todos que pedem a regularização e está representando a Associação dos Moradores das Águas de Canindú, e faz parte do fórum de regularização e que está aprendendo muito e está fazendo sua parte. Pede que seja incluído no orçamento a regularização das áreas irregulares e a região norte. Diz que as autoridades precisam saber que as pessoas sofrem com essa situação e alega que no dia seguinte após esta

audiência vão ocorrer quatro demolições nas Águas de Canindu, o que irá se fazer? Que as pessoas se comovam com o próximo, com os moradores das Águas de Canindu e das Chácaras Havaí, pede o fim das brigas e que se tenham mais ação e menos brigas. Fala que a população quer fazer parte da cidade, ter seu CEP e pagar impostos e em pleno século XXI e as pessoas tem que passar por isso. Pede benfeitorias nas Águas de Canindu, Chácaras Havaí e outros bairros irregulares na cidade. A palavra é passada ao Sr. João Cunha que deseja boa noite a todos, diz que está decepcionado e que só vê críticas de todos os lados, diz que na administração passada do PT aconteceu a mesma coisa, que teve loteamento irregular. Diz que a audiência é para pedir recursos para região norte e não ficar fazendo política e pede pra população acordar, pois a região precisa de recursos. Encerra falando que a Lei de Diretrizes Orçamentárias é para pedir recursos e não para ficar de "politicalha". A Sra. Patricia Loboda Fronzaglia diz que as audiências são um espaço democrático para qualquer um fazer o uso da palavra e pergunta se mais algum presente deseja falar. Como não houve manifestações as dezenove horas e trinta minutos a reunião foi encerrada pela Sra. Patricia Loboda Fronzaglia. Nada mais havendo a tratar a presente ata foi lavrada e assinada por quem de direito. São José dos Campos, 17 de Agosto de 2023.



Odilson Gomes Braz Junior
Secretário de Gestão
Administrativa e Finanças

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2024

No décimo quinto dia do mês de agosto de dois mil e vinte três, às dezoito horas, na EMEF Possidônio José de Freitas, situada na Rua Felício Jabbur Nasser, 935 – Galo Branco, teve início a audiência pública em atendimento à Constituição Federal, à Lei Federal nº 101/2000, e nos termos do artigo 16, inciso III, do parágrafo 2º, e do artigo 207, ambos da Lei Orgânica do Município, para recebimento das propostas para a elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024. A audiência foi dividida em quatro etapas: 1 - introdução; 2 - apresentação e explicação dos conceitos e finalidades da Lei Orçamentária Anual; 3 - coleta das sugestões da população referente às prioridades e ações do Poder Público para serem realizadas no ano de 2024, 4 - conclusão e encerramento. O objetivo da audiência pública é garantir a participação popular nas decisões do município, coletando sugestões sobre as metas e prioridades a serem consideradas na elaboração da Lei Orçamentária Anual para o ano de 2024. Os participantes foram instruídos a expressar suas manifestações das seguintes formas: através do preenchimento de formulários próprios, disponíveis no local ou através da internet, pelo site da Prefeitura, pois o objetivo principal da Audiência Pública é garantir a participação popular nas decisões do Município. A mesa foi composta pela Sra. Patricia Loboda Fronzaglia, Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Finanças e o Sr. Alexandre Anacleto, diretor do Departamento Financeiro da mesma secretaria. Como estabelecido, a palavra foi passada a Sra. Patrícia, que saudou os presentes e citou as audiências já realizadas e última que será realizada no dia posterior, no Jardim Santa Fé, diz que o orçamento é consolidado pela Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças. Elucida que todas as sugestões serão analisadas pela área competente e, se tiverem viabilidade, serão incluídas no orçamento. A Sr. Patricia Loboda Fronzaglia registra a presença do Sr. Osmar Rodrigues, Presidente da Associação Moradores do Capão Grosso. Completa dizendo que as reuniões são gravadas, e posteriormente a ata será disponibilizada, no site da Prefeitura de São José dos Campos, junto ao processo da Lei Orçamentária Anual. Diz que o objetivo é a coleta das sugestões, propostas e reivindicações para a elaboração da Lei Orçamentária Anual e termina reforçando a importância da submissão de sugestões online, assim como a importância da identificação do munícipe, para que o poder público possa fazer a devolutiva quanto aos assuntos tratados. A Sra. Patricia Loboda Fronzaglia explica resumidamente a legislação pertinente relacionada ao orçamento público e os limites impostos pela

Lei de Responsabilidade Fiscal, por fim passa a palavra ao Sr. Alexandre Anacleto. O Sr. Alexandre Anacleto deseja um boa noite a todos e diz que em continuidade a apresentação da Sra. Patricia, explica que na Lei Orçamentária Anual, as despesas são fixadas e a receita estimada, sendo estes valores futuros, com base em dados disponíveis durante o período da elaboração da peça de planejamento. Completa a explicação dizendo que a estimativa da receita, atualmente em quatro bilhões e trezentos milhões de reais, é feita com base no relatório Focus, do Banco Central do Brasil, considerando indicadores como o IPCA, PIB e taxa Selic. Faz uma breve elucidação sobre os mínimos constitucionais de aplicação na saúde e educação e apresenta o panorama atual dos setores, sendo aproximadamente metade do orçamento destinado as duas áreas. Continua a apresentação dando exemplos de sugestões a serem feitas e apresenta algumas obras feitas no distrito de Eugênio de Melo, que podem ser derivadas de sugestões feitas em audiências públicas. Termina explicando os trâmites para aprovação da Lei Orçamentária Anual dentro do legislativo, define os prazos legais para a entrega e reitera que todas as sugestões serão resolvidas. A palavra é passada a Sr. Patricia Loboda Fronzaglia que explica aos presentes que quem quiser utilizar a palavra poderá dirigir-se a mesa para solicitar, e todos aqueles inscritos terão até três minutos de fala. A palavra é passada ao Sr. Osmar Rodrigues, representante do Capão Grosso I, que deseja boa noite a todos e diz que luta pela regularização do bairro. Fala que a Avenida Santo Antônio do Alto precisa de infraestrutura decente, não somente um antipoeira. Pede o alargamento da Narciso Ferreira, pois lá já ocorreram diversos acidentes. Reitera que o bairro precisa ser regularizado, que deve-se levar um projeto ao Prefeito, e ficar cobrando. Diz que foi alertado para “ficar de olho”, e os moradores não fazerem novas construções na região para facilitar o processo de regularização. Elogia o setor de topografia da Prefeitura de São José dos Campos, diz que foi bem atendido. Comenta que a Sra. Vereadora Dulce Rita está sempre pedindo a regularização e melhorias para os bairros mais necessitados, porém não se sabe se isso tem chegado ao Prefeito ou se ele “engaveta”. Solicita que se dê uma solução para a lixeira coletiva no bairro, que está cheia de ratos e pode causar doenças. Completa dizendo que a situação no Jardim Majestic é precária, que em reunião com o Prefeito, ele disse que noventa e cinco por cento do bairro está regularizado, mas não está. Diz que é preciso levar os problemas para o Prefeito ver, que ele tem que dar atenção e pede uma reunião com o Sr. Anderson Farias. A palavra é passada a Sr. Patricia Loboda Fronzaglia, que registra a presença da Sra. Vereadora Dulce Rita. A palavra foi passada para a Sra. Fernanda Aparecida da Silveira, residente do Capão Grosso I, que deseja boa noite a todos e diz que vem falar, novamente,

sobre a questão da regularização fundiária. Diz que a Avenida Santo Antônio do Alto é um corredor de transporte público, porém não tem asfalto e a Avenida Narciso Ferreira, é asfaltada e também é um corredor, porém falta segurança, o local precisa de alargamento, calçadas e lombadas. Segue a fala pedindo a regularização fundiária do Capão Grosso I e II, assim como algumas das residências do Jardim Majestic que ainda não foram beneficiadas. Diz que a linha de ônibus número 242 atende o Jardim Majestic, porém o Capão Grosso I e II carecem de linha própria, e as vezes os moradores devem percorrer longos trajetos para utilizar o transporte coletivo urbano. Diz que as pessoas estão fiscalizando para que não sejam feitas novas obras de moradores nas áreas não regularizadas, com o fim de facilitar o processo. Pede que seja feito algo em relação a lixeira compartilhada no Capão Grosso, pois é uma questão de saúde pública, sendo o local infestado por ratos, e a situação vai piorando até o caminhão de coleta de lixo chegar. E por fim diz que algumas melhorias foram feitas, porém muitas outras não e que o bairro não pode ser abandonado. A palavra foi passada ao Sr. Willians Pereira da Silva, que deseja boa noite a todos e diz que vai falar sobre a causa autista, e o que será dito não é novidade para ninguém. Explica que o atendimento oferecido pelo poder público para as pessoas autistas, o serviço oferecido é pouco e por prazo muito limitado, deixando de fora os adolescentes e adultos. Depois o paciente é empurrado para um CVV ou CAPS infantil, que não tem equipe técnica pra isso, no caso das crianças. Em relação a adolescentes e a adultos a situação é ainda pior, estes são órfãos do município, do estado e da união. Recorda que já aconteceu até suicídio de mãe de autista, e que a população não quer que isso se repita. Alega que existem relatos de pessoas excluídas do atendimento por apresentarem condição moderada ou severa, e isso não pode continuar. Esclarece que isso é desrespeito à Lei 12.764/2012, a Lei Municipal 9425/2016, ao Estatuto da Criança e do Adolescente, sem contar a Lei de Inclusão Escolar. Afirma que o que já era ruim em São José dos Campos ficou ainda pior com a terceirização, pois não existe pessoal preparado, pois muitos dos profissionais que fazem o atendimento dos autistas estão registrados como cuidadores de idosos. Por fim, diz que a Prefeitura de São José dos Campos tem que ter o equipamento público necessário para atender essas pessoas, e ai sim, caso falem vagas, poderiam ser encaminhadas para os parceiros. Conclui dizendo que os parceiros do município hoje oferecendo trabalho psicossocial e não clínico terapêutico, deixando a pessoa com autismo sem trabalho de base e se continuar sem o apoio, iremos ver mais mães cometendo suicídio. A palavra é passada a Sra. Vereadora Dulce Rita, que diz que já está na vigésima participação e percebe que para a periferia mudou muito pouco. Fala que falta atendimento ao autista, principalmente aqueles que não

são mais crianças, mas não são só eles, a cidade tem problemas em oferecer cirurgias simples, como as de hérnia, cálculo renal ou vesícula. Completa dizendo que em Guararema foi aberto concurso para médico, com salário de onze mil e setecentos reais, já em São José dos Campos é de três mil e novecentos reais, quatro vezes menos. Diz que São José dos Campos é uma cidade "linda e maravilhosa", tudo aqui é o "paraíso", e não consegue nem equiparar salário com Guararema. Continua explicando foi aberto concurso para Guarda Civil Municipal, com salário de três mil e seiscentos reais, e no município de Jundiaí se paga cinco mil trezentos e cinquenta e três reais. Completa dizendo que a periferia está abandonada, o servidor público está abandonado, mas o asfalto é para a cidade "inteira". Alega que a Adhemar de Barros está recebendo asfalto novamente, enquanto a periferia tá com a porcaria da reforma na estrada, sem rotatória da Terra Nova e sem rotatória do Honda, colocaram o loteamento Vereda dos Campos, mas não fizeram a rotatória. Continua a fala dizendo que fizeram uma pista de ciclista junto com a dos pedestres, asfaltaram só um lado da estrada e que é perceptível que além de demorado, ainda fazem "meia-boca". Continua dizendo que reformaram a Estação, colocaram antipoeira que nada mais é que resto de asfalto da estrada velha, e que a periferia fica só no quebra galho. Reclama do serviço de atendimento 156, que "se você vacila vai pro fim da fila", e que São José dos Campos, tem que cuidar mesmo da saúde. Explica que na UBS Galo Branco os pacientes têm que ficar esperando do lado de fora, as vezes na chuva, e que o espaço foi construído em 2008 e desde lá a população da região triplicou, porém a UBS continua a mesma. Fizeram um abaixo assinado em 2022, disseram que iam incluir no orçamento, mas nada foi feito. Esclarece que muitas UBS precisam de reforma, mas o que dá voto é asfalto na Adhemar de Barros, na Nove de Julho e na José Longo. Diz que a situação da Santo Antônio do Alto e da Narciso Ferreira é um absurdo, um corredor de transporte público que passa muito pedestre e tem vários casos de atropelamento, e ninguém faz nada por se tratar de uma população pobre. Indaga sobre a questão do transporte público no município, que falta ônibus na região, que é uma vergonha, especialmente no Capão Grosso, Rio Comprido e Jardim Majestic, e a Linha Verde carregando vento, enquanto o trabalhador da periferia acorda as quatro horas da manhã para pegar ônibus. Conclui dizendo que, mesmo quando era da situação, nunca foi atendida, pede simpatia pelas pessoas da periferia, e que elas estão abandonadas. A palavra foi passada a Sra. Alice de Paula, representante da Unidade Popular, que deseja boa noite a todos. Diz que a Unidade Popular é um partido político que está começando agora em São José dos Campos e está junto com as massas. Fala que o transporte público no município é horrível, diz que a questão do interesse do

Prefeito na Linha Verde, que não atende os bairros periféricos, é o desejo do capital. A Linha Verde vai até o outro lado da Dutra, nas faculdades, mas não atende a periferia. Indaga sobre a eleição da COMOB, onde a maioria dos eleitores não eram usuários do serviço de transporte público, sendo que o candidato que realmente era usuário, ficou em quarto lugar, e diz que a população precisa se organizar, para que esse tipo de coisa não aconteça. Alega que a Câmara Municipal de São José dos Campos aprova projetos absurdos, como a Lei 651, que só serve para derrubar casas, e completa que quem mora nos bairros periféricos não são bandidos, mas sim trabalhadores, que as vezes saem para trabalhar de manhã, e chega no fim da tarde e encontra sua casa demolida. Diz que as empresas que atuam no transporte público só se interessam pelo dinheiro, e as pessoas ficam de lado, reclama da falta de ônibus nos bairros periféricos. Explica que o avanço das empresas privadas é perigoso, pois se o local não “dá dinheiro”, então eles não têm interesse. Fala que a população precisa de uma Prefeitura forte, uma política forte. Questiona porque a divulgação da eleição do COMOB foi precária, alega que o QR code na divulgação dentro dos ônibus levava a um link que não dava em lugar nenhum. Diz que São José dos Campos apresenta somente o mínimo da democracia e que a Câmara de São José dos Campos é aparelhada pela extrema direita, como vereador propondo leis transfóbicas, que pessoas transexuais não podem participar dos esportes. Encerra dizendo que é preciso acabar com a Lei 651. A palavra foi passada a Sra. Madalena Gil, que deseja boa noite a todos e diz não ser a primeira vez que participa das reuniões, diz que a audiência tem a presença de poucas pessoas e falta atenção aos munícipes, que eles não são valorizados e deixaram de acreditar no poder público. Diz que a cidade tem vários representantes eleitos, porém só tem uma vereadora presente na audiência. As pessoas acreditam que Eugênio de Melo é uma parte separada de São José dos Campos, que servem somente para gerar recursos, e que o imposto que a população da região paga é muito ao para o retorno recebido. Reclama que a linha de ônibus nº 222, que passa pela Vista Verde, é somente de hora em hora, se munícipe perde um, tem que ficar esperando muito até o próximo. Fala que no horário de pico os ônibus ficam superlotados, e que a quantidade de carros é insuficiente para atender a população e diz que quando acontece qualquer problema no Viaduto São Vicente, tudo fica parado. Diz que a Prefeitura de São José dos Campos não está atenta ao crescimento da população na Região de Eugênio de Melo, são muitos bairros novos, e a assistência continua a mesma. Solicita que melhore a saúde, educação e principalmente o transporte público no distrito e diz que vem nas audiências, fala a mesma coisa e nunca vê mudanças. A palavra volta para a Sra. Patricia Loboda Fronzaglia, que questiona se mais algum

presente deseja se manifestar. Tendo nenhuma manifestação, às dezenove horas e quibze minutos a reunião foi encerrada pela Sra. Patricia Loboda Fronzaglia. Nada mais havendo a tratar a presente ata foi lavrada e assinada por quem de direito. São José dos Campos, 17 de agosto de 2023.



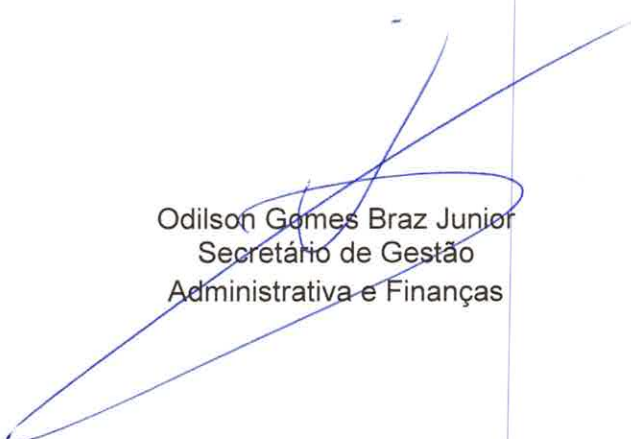
Odilson Gomes Braz Junior
Secretário de Gestão
Administrativa e Finanças

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2024

No décimo sexto dia de agosto de dois mil e vinte e três, às dezoito horas, na EMEF Professora Lúcia Pereira Rodrigues, situada na Rua Itatiaia, 401 – Jardim Santa Fé, teve início a audiência pública em atendimento à Constituição Federal, à Lei Federal nº 101/2000, e nos termos do artigo 16, inciso III, do parágrafo 2º, e do artigo 207, ambos da Lei Orgânica do Município, para recebimento das propostas para a elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024. A audiência foi dividida em quatro etapas: Introdução; Apresentação e explicação dos conceitos e finalidades da Lei de Diretrizes Orçamentárias; Coleta das sugestões da população referente às prioridades e ações do Poder Público para serem realizadas no ano de 2024; Conclusão e encerramento. O objetivo da audiência pública é garantir a participação popular nas decisões do município, coletando sugestões sobre as metas e prioridades a serem consideradas na elaboração da Lei Orçamentária Anual para o ano de 2024. Os participantes foram instruídos a expressar suas manifestações das seguintes formas: através do preenchimento de formulários próprios, disponíveis no local ou através da internet, pelo site da Prefeitura, pois o objetivo principal da Audiência Pública é garantir a participação popular nas decisões do Município. A mesa foi composta pela Sra. Patricia Loboda Fronzaglia, Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Finanças, e pelo Sr. Alexandre Anacleto, Diretor Financeiro. Conforme o estabelecido, a palavra foi passada à Sra. Patricia Loboda Fronzaglia, que deseja boa noite a todos e inicia a apresentação falando que o objetivo das audiências é a coleta de sugestões e propostas frente ao público. Esclarece que esta é a última reunião, cita todas as outras já realizadas. Diz que as propostas podem ser entregues presencialmente, através da palavra, nas audiências, por via escrita com entrega de formulário preenchido ou ofícios protocolados e, por fim, através de formulário próprio online disponível no site da Prefeitura de São José dos Campos. Completa dizendo que as reuniões são gravadas, e posteriormente a ata será disponibilizada, no site da Prefeitura de São José dos Campos, junto ao processo da Lei Orçamentária Anual. Faz uma breve explicação da legislação referente às peças orçamentárias, sendo elas o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e, por fim, a Lei Orçamentária Anual. Elucida sobre os limites impostos às despesas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A palavra é passada ao Sr. Alexandre Anacleto, que deseja boa noite a todos, e explica que na Lei Orçamentária Anual, as receitas são estimadas, e as despesas

fixadas. A projeção é feita com base em indicadores, retirados do relatório Focus, do Banco Central do Brasil, composto pela expectativa de mercado de indicadores como a inflação, o Produto Interno Bruto (PIB) e a taxa Selic. Completa dizendo que a receita estimada na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2024 para o município e suas entidades é de quatro bilhões e trezentos mil reais, revela para os presentes um gráfico mostrando a composição das despesas da Saúde e Educação e dos exemplos de sugestões que acabaram virando projetos realizados pela Prefeitura de São José dos Campos. Encerra elucidando sobre os prazos legais para a entrega da peça de planejamento e seus trâmites, e conclui falando que as sugestões serão compiladas e encaminhadas para cada área competente, e as respostas enviadas aos interessados posteriormente. A Sra. Patricia Loboda Fronzaglia retoma a palavra para dizer que as audiências são todas gravadas, e uma ata será elaborada posteriormente, explica que cada pessoa que deseja se manifestar deve dar seu nome à mesa e terá três minutos de fala. A palavra é passada à Sra. Jéssica Daiane, que deseja boa noite a todos, explica que em 2017 a Secretaria de Apoio Social ao Cidadão fez um mapeamento regional com a vinda do Residencial Pinherinho dos Palmares, chegou-se à conclusão que existia a necessidade de um CRAS na região. Foi alugado um salão de festas, próximo à região, para que ali funcionasse uma unidade da UBS em conjunto com o CRAS, de maneira provisória. Porém o local, por se tratar de um salão de festas, não tem banheiro adaptado para pessoas com necessidades especiais (PNE) e a acessibilidade é limitada, com uma rampa íngreme para acesso, seguida de uma escada, e depois disso, para acessar a unidade do CRAS, mais degraus. A sala para aplicação de injetáveis é improvisada, consistindo de uma espécie de biombo de vidro, próximo ao corredor de acesso ao CRAS, expondo a privacidade de quem está recebendo uma injeção ou vacina. Pede que seja revisto e retomado o projeto feito em 2017, pois a situação provisória já perdura a muito tempo. Completa dizendo que o mapeamento feito pela Prefeitura de São José dos Campos, em 2017, chegou à estimativa de vinte mil atendimentos na região, e que no local atual, por não ser adequado, as pessoas acabam tomando chuva e a farmácia da UBS foi adaptada na área da churrasqueira. Fala que constatou, junto à Prefeitura, que o terreno em frente à unidade atual da UBS do Pernambucano, é amplo e de posse do município, e poderia ser usado para que se construísse uma unidade conforme o projeto inicial. Diz que a maior humilhação para uma pessoa com necessidades especiais é chegar num local que era para te acolher, e você não ter nem banheiro adaptado, tendo que pedir ajuda e às vezes fazendo as necessidades nas calças. Encerra falando que esse era o pedido de melhoria que tinha para fazer, agradece a todos e devolve a palavra à mesa. A Sra. Patricia

Loboda Fronzaglia pergunta se mais alguém deseja se manifestar. Não ocorrendo nenhuma manifestação, às dezoito horas e quarenta minutos a reunião foi encerrada. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada e assinada por quem de direito. São José dos Campos, 17 de agosto de 2023.



Odilson Gomes Braz Junior
Secretário de Gestão
Administrativa e Finanças